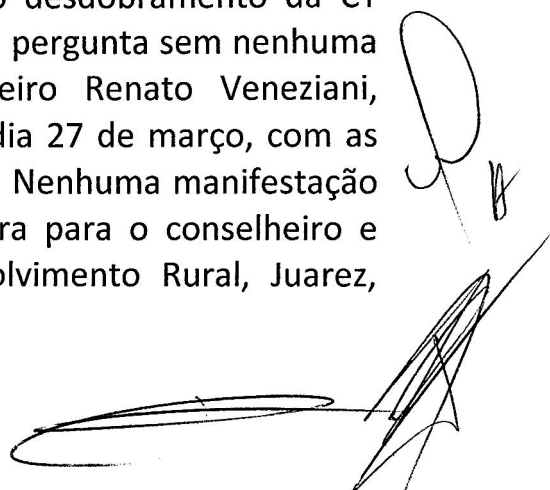


ATA EXTRAORDINÁRIA-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL CMDR

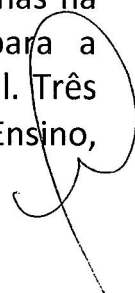
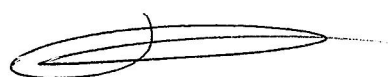
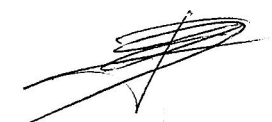
Data: 24 de Abril 2025- Horário 14:30hs

Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

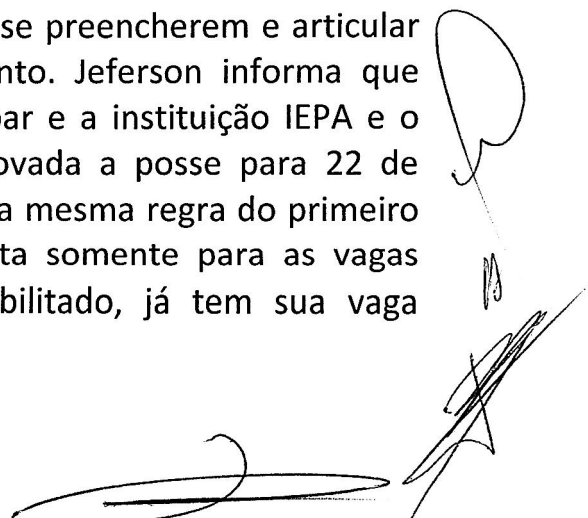
Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e cinte e cinco, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente-COMAM em conjunto com a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR , iniciando às 14:30hs, no auditório do sétimo andar do Paço Municipal, onde o vice presidente do COMAM, Jeferson Rocha abriu a plenária dando início aos trabalhos. Agradecendo a participação dos conselheiros que estavam em plataforma virtual e os presentes no auditório. Inicia, dentro do procedimento regimental, a aprovação da ata do dia 27/03/2025, que foi colocada à disposição dos conselheiros no tempo hábil para análise, verificação e correção. Coloca em plenária para votação, pede que os favoráveis permaneçam como estão os contrários se manifestem. Com a palavra o conselheiro Renato Venezini que faz duas colocações, uma para corrigir a palavra SEMIL, e ressalta, que, na ata anterior consta que, na próxima reunião do COMAM, deveria ser pautado o assunto, que foi da apresentação da reunião passada, que a Câmara Técnica de Saneamento não apresentou e não foi pautado. Pede que seja registrado em ata, que não veio essa pauta, e que isso deve ser tratado na próxima reunião. Que fique registrado também, um assunto de suma relevância e que não adianta a atropelar, às vezes, as coisas e não tratar esse assunto da forma que tem que ser tratado. Era um assunto já pautado e deveria estar aparecendo na plenária. Jeferson agradece o conselheiro Renato Veneziani, a correção será feita e em relação à apresentação, a CT Saneamento Básico, concorda que, deve avançar. Na pauta foi colocada a CT Arborização, teria também a apresentação da CT Energia, mas a ausência do conselheiro Fabiano Porto, que fez uma cirurgia não pôde participar, mas será acatada, a apresentação, o desdobramento da CT Saneamento Básico na próxima plenária. Jeferson pergunta sem nenhuma negativa, apenas a consideração do conselheiro Renato Veneziani, pergunta se pode dar como aprovada a ata do dia 27 de março, com as respectivas correções sugeridas pelo conselheiro. Nenhuma manifestação contrária, ata aprovada. Jeferson passa a palavra para o conselheiro e presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Juarez,



onde na data de hoje está sendo feita uma plenária conjunta, histórica. Presidente cumprimenta a todos, informa que, a plenária do CMDR, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que está sendo feita concomitante ao COMAM, por conta da pauta comum aos dois conselhos, que vai ser colocada, optaram por ter essa reunião conjunta. Dando continuidade o presidente do COMAM Jeferson, retoma a condução informando que é a última plenária da gestão 2023-2025. E como primeira pauta do dia, os informes, os serão feitos pelo nosso doutor Teles, que é o edital de chamamento do COMAM, a comissão do edital de chamamento, o CT que vai discutir depois o regimento do COMAM, e, depois, entrará com o CT Combate a Incêndio, CT Arborização, com a presença da doutora Fernanda Fowler. Teles cumprimenta a todos, esclarece que, em relação à comissão do edital de chamamento, não houve interessados em participar da comissão. Então, participou ele, Marisa e o Manara, para verificar a documentação, a regularidade das inscrições, mas que terá um novo edital de chamamento das vagas remanescentes, ficando aberto o novo convite para participar da comissão. O edital de chamamento finalizou essa semana, com apenas oito entidades habilitadas. As entidades de classe havia quatro vagas, a OAB e a AEA se inscreveram e foram habilitadas. Nas vagas de entidades ambientalistas, a ONG Vale Verde e o Rotary Club se inscreveram e foram habilitados restando ainda uma vaga. O IEPA encaminhou a inscrição, depois do prazo. Então, provavelmente, ela vai participar do próximo edital. Entre as sociedades, movimentos, moradores e bairros, se inscreveram a APAX, que já participam, que é a Associação dos Produtores do Agronegócio de São Francisco Xavier, e a Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite. Entidades do setor rural, o Sindicato Rural se inscreveu e foi habilitado. E entidades do setor de Comércio, Serviço e Construção Civil, a Associação das Construtoras do Vale Paraíba, a ACONVAP. Essas oito entidades já foram habilitadas. Hoje, último dia de prazo de recurso, essa publicação já foi realizada no dia 22, no boletim do município. Duas entidades que se inscreveram, mas não foram habilitadas. O Clube de Joseenses e Amigos, não foi encontrado um local, um segmento para que ele pudesse se enquadrar e participar do COMAM e a Associação dos Representantes Legais dos Condomínios, Edifícios e Empresas do Jardim Aquários e Região encaminhou a documentação fora do prazo. Ela fez a inscrição, mas teve problemas na documentação, então, eventualmente, se abrir vagas ainda para a Associação de Moradores, eles podem participar no próximo edital. Três segmentos que não tiveram inscrições: Instituto de Pesquisa e Ensino,



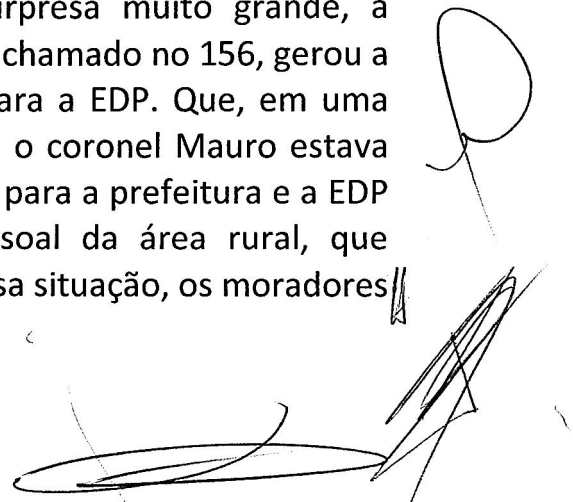
havia três vagas, nenhum inscrito; Sindicato de Trabalhadores, nenhum inscrito, para duas vagas; e Entidade do Setor da Indústria também não houve interessados. Em resumo, havia 17 vagas disponíveis para a sociedade civil. Houve dez inscrições, oito habilitados, ainda nove vagas remanescentes para um próximo edital. As vagas remanescentes são aquelas já citadas, que não houve inscrições, e mais algumas remanescentes de segmentos que houve inscrições. Então, ainda com duas vagas para entidades de classe, três vagas para instituto de pesquisa e ensino, uma vaga para entidades ambientalistas, duas vagas para o Sindicato de Trabalhadores e uma vaga para o setor da indústria. Na tela coloca o calendário do edital, onde até o momento, não houve recurso apresentado, e o próximo passo é divulgar a lista dos habilitados em definitivo. Havia uma plenária marcada para o dia 30 de abril, para definição, se houvesse mais interessados que o número de vagas, posse dos habilitados e, até mesmo, votação para presidente do COMAM, mas tem apenas oito habilitados. Teles, então, sugere ao Conselho se mantém essa data no dia 30 de abril para posse dos membros e votação da presidência, ou se posterga para a finalização do próximo edital. Já garante essas vagas de quem fez a inscrição, um novo edital seria aberto somente para as vagas remanescentes e, no dia 22/5, seria uma reunião que já está agendada do COMAM, poderia aproveitar essa reunião para já fazer a posse, compor todo o Conselho e fazer a votação do presidente e vice-presidente do Conselho. Pergunta aos membros do COMAM, se pode fazer dessa forma, se aprovam esse formato, ou se preferem que mantenha o calendário do edital e no dia 30 de abril para que os habilitados tomem posse na vaga do Conselho. Jeferson pergunta se está bem entendida a proposta que o doutor Teles colocou, e coloca para aprovação na plenária. Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestam ao calendário sugerido. A conselheira Giane se manifesta, pedindo desculpas, pois não se inscreveram nesse edital, e seria muito grata se postergassem a posse para o dia 22 de maio. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziani, também concorda com a Giane, acha prudente adiar para o dia 22 de maio, que já está no calendário e, com isso, dá tempo das vagas remanescentes se preencherem e articular com o pessoal para fomentar esse movimento. Jeferson informa que recebeu a notícia, da Univap, que vai participar e a instituição IEPA e o Parque Tecnológico. Após manifestação, aprovada a posse para 22 de maio. Doutor Teles informa que será mantida a mesma regra do primeiro edital. A única diferença é que vai ser aberta somente para as vagas remanescentes. E, quem já se encontra habilitado, já tem sua vaga

The block contains handwritten signatures and initials. There is a large, stylized signature that appears to be 'P' or 'R' at the top right. Below it, there are several other signatures and initials, including one that looks like 'B' and another that is more complex and scribbled. The handwriting is in black ink on a white background.

garantida. E, a partir de segunda-feira, será publicado um novo edital, somente com essas vagas que ainda não foram preenchidas. A Associação de Amigos de Bairro, a lei prevê que é possível ter uma vaga com duas entidades assumindo e duas entidades como suplentes. A dúvida seria, de abrir esse edital com duas vagas para suplência, ou mantém as duas vagas que já foram preenchidas e não coloca essa situação no novo edital. Com a palavra a conselheira doutora Fernanda Frois, que cumprimenta a todos, acha interessante a questão da suplência. Apesar de já estarem com as duas vagas preenchidas corretamente, dentro do prazo, se, eventualmente, uma delas, por algum motivo, não puder comparecer, a participação de mais gente. Então, eventualmente, abrindo a suplência, que só vai ser exercida na falta do titular, então, isso não vai prejudicar, de forma alguma, aqueles que já cumpriram. Então, a abertura da possibilidade de outras duas associações possam também participar, na ausência daquelas que já estão inscritas. Doutor Teles esclarece que, na verdade, abre o edital, essas duas vagas específicas é para assumir a situação de suplência das duas entidades que já teriam sua habilitação confirmada. A comissão do edital fica aberta, novamente, para quem quiser participar, é só encaminhar um e-mail para a Marisa e pedir para participar da comissão para verificar a documentação, se os inscritos estão habilitados ou não, com eventuais mudanças do edital. A ideia é, na primeira reunião, da posse, abrir para compor as CTs, os novos membros que poderiam fazer parte da CT do Regimento Interno. A CT de Combate à Incêndio teve apenas um interessado, o Marcelo Godoy que se interessou, é uma CT que ainda tem que ser composta na próxima reunião. Jeferson coloca para deliberação a sugestão de uma CT para discussão do Regimento Interno iniciar no próximo mandato, em detrimento a essa última plenária. Então, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem para mantermos a questão do estudo do Regimento Interno para a próxima plenária. Pergunta se alguém é contrário? Nenhuma manifestação, aprovada para discussão do Regimento Interno na próxima plenária. Jeferson passa a palavra para o conselheiro Marcelo Godoy, um espaço de cinco minutos, para falar sobre a CT Arborização, que muito trabalhou, ainda está desenvolvendo os trabalhos. Com a palavra Marcelo Godoy, do IEPA, que cumprimenta a todos, agradece aos membros da Câmara Técnica de Arborização, as reuniões muito esclarecedoras. Sugere, aos cidadãos que tenham dúvida, alguma dificuldade no entendimento do processo de arborização, que entrem em contato com a prefeitura. Que teve, na maioria dessas reuniões o esclarecimento dado pela prefeitura. Agradece à Nani e



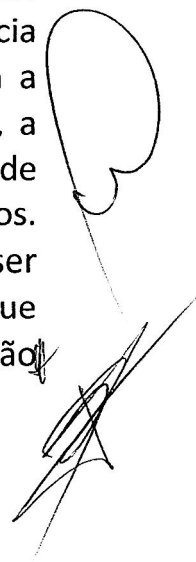
Carrilho, que muito fortaleceu no sentido de como é feito o processo em São José. Eles foram muito abertos, no sentido de mostrar todo o processo, de mostrar tudo o que acontece, não foi escondido nada, e também de aceitar as opiniões, as ideias, as mudanças propostas, e que apesar de ter sido curto esse tempo, a Câmara Técnica, desempenhou um papel importante, com a doutora Fernanda Fowler, Fabiana, Flávia da EDP, enfim, todos tentaram buscar o melhor, e acha que é um início muito bom da Câmara Técnica, espera que continue esse entendimento, que possa buscar o melhor para a arborização urbana. Tem algumas falhas que devem ser corrigidas, importante mostrar que a prefeitura está aberta, os profissionais dispostos a mostrar o trabalho e a corrigir, caso tiver erro. Agradece toda a equipe, principalmente a equipe da prefeitura, que estiveram prontamente, respondendo, atendendo e explicando todo o processo. Acha que também é um pontapé inicial, no sentido de unir todas essas propostas, ideias e mudanças, a fim de melhorar toda a questão de arborização. Agradece a todos que participaram da Câmara Técnica, de extrema importância, e tem que dar continuidade. Marcelo Godoy se coloca à disposição, pelo IEPA, "para, juntos, fazermos de São José um modelo melhor ainda, principalmente na questão de arborização, de bem-estar a todos". Jeferson agradece Marcelo, presidente da ONG IEPA, e passa a palavra para o diretor Juarez, que parabeniza Marcelo pela coordenação da Câmara Técnica, onde a arborização está no departamento, de Gestão Ambiental, agradece Nani e Carrilho pela participação, onde foi passando para o departamento a questão interna das reuniões. Agradece toda equipe, da SEURBS, do Departamento de Gestão Ambiental, que muito bem trabalha com esse tema da arborização. Lembra que, esse ano, teremos o Congresso Brasileiro Ibero-Americano de Arborização Urbana, no município, na segunda quinzena de setembro. Jeferson agradece Juarez, pede desculpas, que se esqueceu de justificar a ausência do presidente Manara, que estava em Brasília e, hoje, está indo para o Rio de Janeiro em outro compromisso. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziani, pergunta se todos estão cientes que a partir de agora, para fazer poda na área rural, tem que ser aberto chamado no 156. Que, para ele, foi uma surpresa muito grande, a informação que eu recebi da EDP. Que, abriu o chamado no 156, gerou a nota, que eles chamam de serviço, e passam para a EDP. Que, em uma reunião recente com o prefeito Anderson, onde o coronel Mauro estava junto, foi levada essa demanda. O pedido é feito para a prefeitura e a EDP quem vai fazer. Que, fica esclarecido ao pessoal da área rural, que enquanto a prefeitura não definir e esclarecer essa situação, os moradores



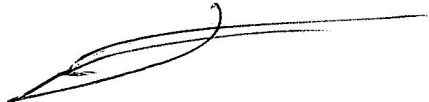
de área rural tem que pedir a poda em nossas propriedades, via 156. Com a palavra o diretor Juarez, que também se preocupa bastante com essa questão de ter que fazer 156 para a poda da zona rural. Primeiro, que, na Zona Rural, supressão de vegetação era a CETESB o órgão que autorizava. Agora, árvore isolada na Zona Rural, há a possibilidade de a agência fazer essa autorização. Mas, que vai conversar melhor com a EDP, porque parece que estão, de certa forma, tentando burocratizar mais o serviço de poda, ao ter que solicitar, através do 156, uma poda que é competência dela fazer, porque a prefeitura não faz poda embaixo de rede. Que, vai conversar com a EDP para ver se essa iniciativa partiu da prefeitura ou deles essa iniciativa de ter que fazer 156 para fazer poda na Zona Rural. E que talvez, seja uma novidade. Renato Veneziani acredita que o problema é interno da prefeitura, tanto que o 156 acatou a ordem, é um problema que tem que ser resolvido. Juarez informa que o 156 abriga vários serviços que a prefeitura proporciona. Os mais diversos setores, normalmente, abrem 156. Para a poda na cidade, normalmente, é um 156, supressão é através de abertura de processo. Se prontifica a conversar com a Secretaria de Manutenção da Cidade para saber essa questão do 156, se foi uma exigência da Secretaria e de que forma isso vai se dar, para a poder entender um pouco melhor. Acredita que, dispensaria essa questão do 156 para poda na Zona Rural, mesmo porque a extensão da rede na Zona Rural, comparada com alguns pontos da cidade, a EDP já está habituada a fazer essa poda e sempre fizeram. Renato sugere criar um grupo de trabalho, sobre a poda de árvores na zona rural. Com a palavra a conselheira Flávia da EDP, que confirma uma reunião dia 25 com o grupo do Carrilho. Quanto ao ponto sobre a poda, está na sede da EDP, não fica diretamente com o fluxo, com relação a solicitações. Mas, vai verificar com o pessoal do Poder Público, para que amanhã possa também discutir sobre esse ponto na reunião. Jeferson dando sequencia a pauta, a proposta do conselheiro Ricardo Law, que não está presente e nem na plataforma virtual, pede que conste em ata que foi pautado uma solicitação, mas, na ausência dele, está sendo suprimida. Segue para as deliberações, antes a prestação de contas do FUMCAM, pelo gestor Nassur; prestação de contas do Fórum Latino-Americano e Caribenho; utilização de recursos e minuta de alteração da Lei do Fundo Municipal de Serviços, com o Teles. Com a palavra o gestor Nassur que cumprimenta a todos, fará uma breve apresentação da situação dos fundos. Inicia com o FUMCAM, com saldo de conta dia 16 de abril, quando a gente puxou o extrato, saldo de 8 milhões, 157 mil reais na conta, com 5 milhões, 575 mil em projetos já aprovados, e um saldo disponível para novos



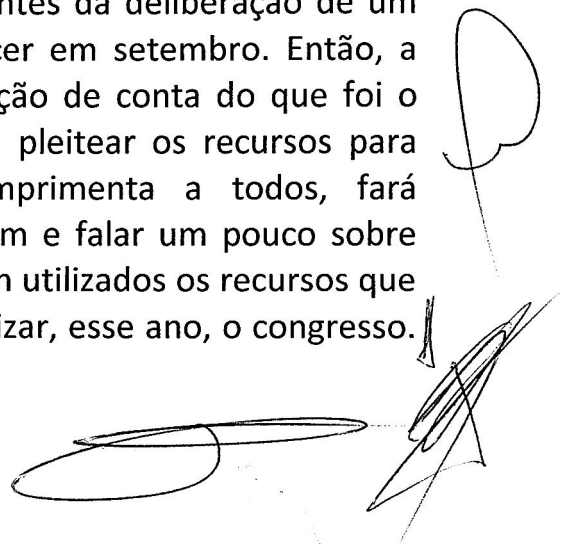
investimentos, em 2 milhões, 582 mil. As receitas, compensação ambiental, 309 mil, um rendimento de aplicação financeira, 230 mil, e um repasse da agência ambiental de 29 mil reais. E, algumas das despesas, os projetos aprovados. A manutenção do PNEMAR, os contratos de restauração ecológica do Jaguari, o Programa de Hortas Urbanas, o Guia de Árvores. Todos os projetos que já foram aprovados anteriormente pelo FUMCAM, o saldo que foi aprovado, o quanto que já foi utilizado, e o saldo, em alguns casos, ainda têm saldos a pagar também. As últimas aprovações, 2025, 250 mil reais foram aprovados para 60 mil placas de QR Code das árvores. O ICLEI, já tinha feito a aprovação, 50 mil para o Avoando, e uma revitalização de nascente de 245 mil reais. Dentro do FUMCAM, hoje, esse saldo disponível de 2 milhões, 587 mil. O FMSE, tinha saldo de 3 milhões, 224, e os projetos já empenhados, 1 milhão, 188 mil. Saldo disponível, hoje, do FMSE de 2 milhões e 35 mil reais. A receita dele vem de 2 milhões e 68 mil, esse ano, do ICMS Ecológico, e 62 mil de rendimentos financeiros. O desvinculado, ainda não teve nada esse ano. Foram investidos no Visiona e Observa em 2024, a higienização também do Observa, o manejo sustentável, e o Visiona de 2025, que está em execução. Então, o FMSE, hoje, 2 milhões de reais de disponível para aplicação. E, os projetos que serão apresentados hoje, todos têm respaldo financeiro, têm lastro. Se forem aprovados, têm recursos. Jeferson agradece Nassur e passa a palavra para a doutora Fernanda Frois da OAB, que informa participar de um grupo de estudos na Faculdade de Direito da Univap, onde estão fazendo um projeto sobre, exatamente, a utilização dos valores e os projetos ambientais, e um dos alunos perguntou se podem ter acesso ao extrato ou fica restrito, ao COMAM?. Jeferson responde que será um prazer recebê-los, até para compreender o que vem a ser o fundo. Não somente ter o extrato, mas, sim, ter noção dos projetos, o histórico, porque somente a prestação de conta fica meio no vazio, mas, tendo um contexto de quão árduo foi construir todo esse projeto para chegar ao dia de hoje e ter uma planilha robusta como essa. Juarez lembra que, uma das alunas conversou com ele, onde deu algumas orientações para ela, inclusive, indicou o Cláudio Scalli, da agência ambiental, que também tem uma fonte de receita dos fundos. Com a palavra Teles, lembra que no portal de transparência, esses extratos, a cada seis meses, são disponibilizados no site do município. Então, ela pode buscar, inclusive, o histórico dos anos anteriores, os projetos aprovados. Acha que ela consegue ter mais informações, mas, o atual pode ser encaminhado também, sem problemas. Com a palavra Juarez, que aproveitando a apresentação do Nassur, agradece pelo controle tão



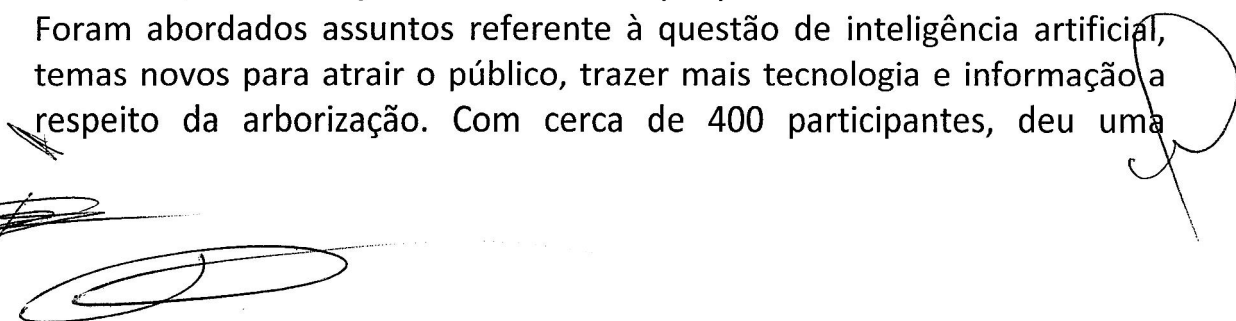
rigoroso e rígido que é feito com recursos do fundo, que, 2017, praticamente, esse fundo estava zerado, e, hoje, trabalhando na casa de 10 milhões a 15 milhões de recursos investidos nesses projetos com a total transparência. E, como membro do COMAM, agradece aos conselheiros, graças à participação efetiva, na deliberação, na aprovação dos projetos, que tudo isso foi possível. Com a palavra Cláudio Scalli, secretário executivo da Agência Ambiental do Vale do Paraíba, que agradece a oportunidade, mas gostaria de fazer duas observações. A primeira é da importância da opção do município de São José dos Campos de ter optado em estar consorciado ao consórcio público, à agência ambiental, e, dessa forma, ser um município licenciador de alto impacto, ou seja, tudo o que a capital de São Paulo licencia, São José dos Campos licencia também. E, com isso, os recursos de compensações ambientais, em particular, a pecúnia, ao invés de ir para o estado, no caso da CETESB, estão indo para o município. E, a partir do momento que o município de São José dos Campos se consorciou, teve um acréscimo muito grande na questão do fundo, que não é só da questão das compensações, mas também da questão das taxas e também das respectivas eventuais multas que venham a ocorrer. Ressalta a importância, tanto para o fundo, como para a gestão ambiental, da participação do município ser um licenciador. Outra questão, na tabela de receita que o Nassur apresentou, tem compensação ambiental 309 mil e repasse da agência da agência, 29 mil. E, todos os dados de repasse do município, em especial para o fundo, ele é colocado à disposição dos conselheiros. Hoje, tem o Manara e a doutora Fernanda Frois, como representantes do Conselho. Ele acha importante que prestem atenção nessas informações, inclusive, nessa última convocação para a reunião no dia 30, onde tem esses dados, para compatibilizar, para ver se os dados estão compatíveis, detectar algum problema, porque essa compensação ambiental, separadamente da agência, do repasse da agência, não sabe se condiz com os valores apresentados. Faço essa observação, mas acho que os conselheiros do COMAM, aqui na agência, poderiam dar conta, depois de fazer essa compatibilização. Com a palavra Juarez, que esclarece o que Cláudio acaba de comentar, é que o Nassur está fazendo a contabilização do recurso que está em caixa, que entrou e foi depositado na conta. Pode ser que haja um descompasso entre aquilo que foi emitido através de documento, autorizações, pela agência, e o dinheiro ainda não caiu na conta. Alguma diferença entre a emissão da documentação e o dinheiro, o recurso que entrou na conta corrente. Claudio concorda, só ressalta que é importante que os conselheiros, representantes do Confics, doutora Fernanda e



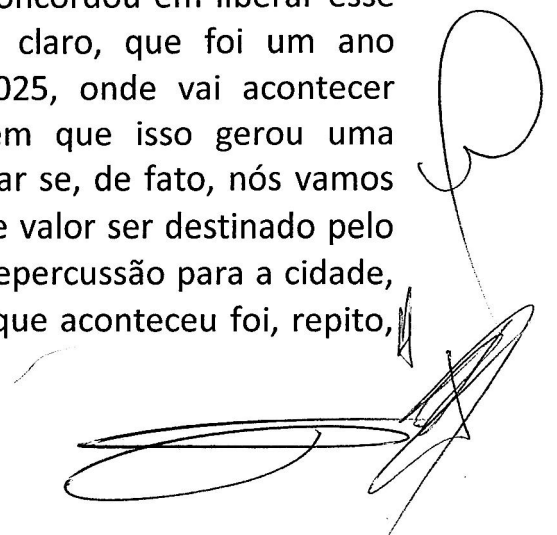
Manara, tomem pé desses valores, desses dados, para realmente ver justamente isso que o Juarez colocou, se os valores estão sendo emitidos. Outra questão que acha importante ressaltar, é que as multas vão para o fundo, onde é feito o auto de infração e emitido para o município emitir a multa. A agência solicitou retorno da prefeitura para saber se essas multas foram pagas ou se foram para execução fiscal, diante das dificuldades da agência, justamente para contabilizar, porque tem um número X de multas, que seria para o fundo, mas não tem certeza se essas multas foram pagas, porque são informações do município. Teles responde que se Claudio quiser, no fechamento do mês da agência, ele encaminhe uma relação com o valor que foi emitido de multa, de compensação e de eventuais repasses, para que seja feita a checagem do que a agência está emitindo e o que está entrando na conta do fundo. Claudio responde que essas informações são encaminhadas ao conselheiro. Que esses valores, não são aprovados pelo Confics. Ele é um procedimento administrativo, onde informa ao conselheiro os dados completos. Pecúnia, compensações por plantio, compensações de doação, multas, taxas, imposto de renda, tudo que é devolvido para o município, e, separadamente, o que vai para o fundo. Com a palavra doutora Fernanda Frois, sugere que sejam encaminhadas essas informações por e-mail a ela e ao secretário Manara, que são representantes esses dados, até para que possam avaliar, na apresentação da reunião, que vai ser acontecer na próxima semana. Claudio responde que se a doutora observar na convocação que recebeu para a reunião do dia 30 tem um link dos anexos das documentações. Nesse link, já aparece todos os dados que vão ser discutidos na reunião. Um deles é essa informação, inclusive, tem um detalhamento da compensação, qual a origem da compensação; multa: qual é a origem da multa; taxa, qual é a origem da taxa. Jeferson agradece Claudio pelos esclarecimentos e segue com a pauta com a prestação de contas do Quarto Fórum Latino-americano e Caribenho de Floresta Urbana, realizado ano passado. Com a palavra Juarez, que informa ter sido feita uma apresentação de contas para o fundo e foi requisitado, na reunião da plenária passada, essa prestação de contas, antes da deliberação de um novo recurso para esse ano, que vai acontecer em setembro. Então, a Nani preparou, junto com a equipe, a prestação de conta do que foi o fórum, para, depois, na próxima deliberação, pleitear os recursos para esse ano. Com a palavra Nani, que cumprimenta a todos, fará apresentação da prestação de contas do fórum e falar um pouco sobre como foi o evento e também sobre como foram utilizados os recursos que a gente pegou no FUMCAM, para poder organizar, esse ano, o congresso.

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke. Below it, there are several overlapping loops and lines, possibly representing initials or a second signature.

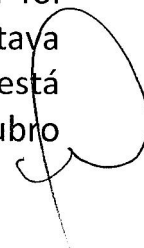
Na tela coloca imagens das edições anteriores, o fórum é bianual, o primeiro ano, 2017, depois 2019 e 2022. Já teve edições no Peru, na Colômbia e no México. Ano passado, o fórum foi realizado em São José, escolhida, até por essa questão da boa gestão na arborização, por todos os resultados que vem apresentando. Antes da abertura oficial, teve um evento chamado Arbor Show, onde teve um minicampeonato de escalada. O pessoal da arboricultura no Brasil participa, é um evento bastante importante para incentivar esse tipo de serviço, a escalada bem executada. Teve também uma oficina de poda, trabalho em altura, coordenado pelo Sidney Brasil, que é o presidente do Campeonato Brasileiro de Escalada e que representa também o Brasil em campeonatos no exterior. Na primeira parte, teve um simpósio de florestas urbanas do Vale do Paraíba, que aconteceu PIT, palestras, onde se abordou temas da arborização da cidade, do programa Arboriza, revitalização das nascentes, dos projetos, Primatas e Avoando. Foram apresentados outros projetos de algumas empresas, de patrocinadores, das universidades, da Univap, que puderam falar também sobre as questões de arborização e temas correlatos. O secretário Manara e o diretor Juarez também fizeram uma apresentação. A abertura do fórum aconteceu no CEFE, onde ocorreram os outros dias do evento. Com apresentações do Programa Observa, palestras internacionais, com palestrantes da China, Estados Unidos, que vieram para abrilhantar o evento e compartilhar experiências. A celebração das Tree Cities, as cidades-árvores do mundo, e São José, já estão no sexto reconhecimento esse ano, momentos dos plantios com participação de alunos de escola primária, plantio de um jequitibá, que foi a árvore símbolo do evento, visitas técnicas, o City Tour para o pessoal poder conhecer, as árvores da cidade. Na tela Nani mostra a foto do pessoal dentro do jequitibá rosa, de 500 anos, de Eugênio de Melo. Em outra foto, à direita, também uma visita técnica em São Francisco Xavier, bem enriquecedora. E, o encerramento do evento foi debaixo da Árvore da Chuva, a árvore símbolo do evento, com uma apresentação musical, com chuva, no momento, mas foi tudo muito válido. Foi um evento que trouxe bastante expectativa e trouxe bastante experiência, bastante conhecimento. E, durante o evento, abordou-se bastante temas, por exemplo, a regra 3-30-300, onde pode ver três árvores da janela, estar a 300 metros de uma área verde, ter pelo menos 30% da região arborizada na cidade, um fator que foi abordado e que pretendem dar continuidade. Foram abordados assuntos referente à questão de inteligência artificial, temas novos para atrair o público, trazer mais tecnologia e informação a respeito da arborização. Com cerca de 400 participantes, deu uma



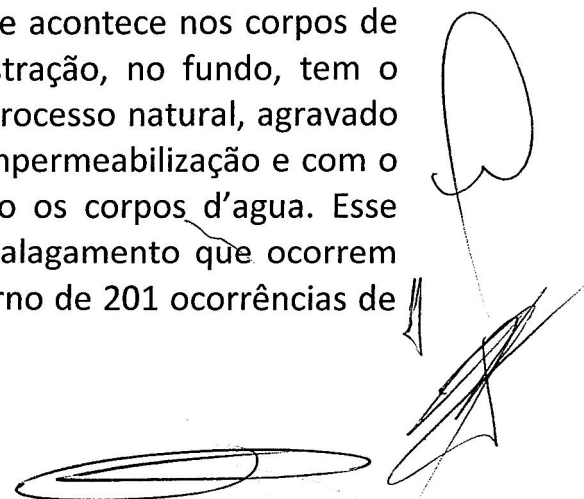
movimentada também na economia. Esse foi um evento feito a várias mãos e o total de despesas do fórum foi de 547 mil, 493 e a prestação de contas do valor que foi utilizado, do FUMCAM. Nani coloca na tela os números das notas fiscais, das despesas com a organização dos eventos, as passagens aéreas dos palestrantes, principalmente os que vieram de fora, e também a questão de contratação de mídia, de tradutores, tudo o que era preciso para poder o evento acontecer. Com a palavra Juarez, que ressalta a importância desse evento, que projetou São José não só para o Brasil, mas para o mundo todo, onde São José acaba de receber, esse ano de 2025, novamente, a premiação como cidade que cuida bem do seu patrimônio arbóreo, o selo do Tree Cities of the World, pelo sexto ano consecutivo. E, um dado interessante saiu no IBGE essa semana, foi matéria na imprensa, que 86% dos domicílios em São José dos Campos têm árvore, ou na frente, ou no seu entorno. E, 13%, aproximadamente, uns quebradinhos, que está mais restrito àqueles bairros como Campo dos Alemães, Morumbi, que foram feitos com testada pequena, com cinco metros à frente das casas, dificilmente você coloca uma árvore que não venha atrapalhar a garagem do morador. Pede que fique registrado essa importância do trabalho que foi feito e de ter escolhido, novamente, São José dos Campos para sediar esse Fórum Ibero-americano e Brasileiro de Arborização, vai acontecer também, em paralelo a esse fórum, o SBAU Mirim, para as crianças, a quarta edição, se não me falha a memória, do SBAU Mirim, que vai acontecer na cidade, concomitante ao fórum. Jeferson agradece Nani pela prestação de contas e passa a palavra para doutora Fernanda Frois, que acha relevante, em razão dessa prestação de contas. “Primeiro, a gente percebe que o COMAM disponibilizou, autorizou 200 mil reais, a quantia de 200 mil reais, sendo que o gasto total foi de 520 e pouco. Ou seja, o COMAM foi responsável por cerca mais de 40% do valor. Por que houve essa liberação pelo COMAM? Eu acho importante deixar isso claro. Foi uma situação excepcional, onde, no ano passado, estávamos em ano eleitoral, e, portanto, a prefeitura não conseguiria buscar patrocínio diante das restrições impostas diante da legislação. Por conta disso, o COMAM optou, concordou em liberar esse valor. Eu acho que isso deve ficar bastante claro, que foi um ano excepcional que não existe, neste ano de 2025, onde vai acontecer novamente o Congresso. Juarez ressaltou bem que isso gerou uma projeção para a cidade. Então, temos que pensar se, de fato, nós vamos entrar na deliberação agora, se é o caso de esse valor ser destinado pelo FUMCAM e qual é o propósito disso diante da repercussão para a cidade, a participação da prefeitura. E o fato pretérito que aconteceu foi, repito,



em uma situação excepcional de eleição, que não temos este ano. Obrigada". Juarez ressalta, que houve uma participação intensa dos alunos das universidades de São José dos Campos e da comunidade durante a apresentação dos trabalhos, dos simpósios. São trabalhos científicos que foram aprovados, as universidades participaram, trouxe um retorno imensurável para a cidade. Porque um congresso, um simpósio brasileiro ou latino-americano de arborização, onde tem mais de 5 mil e poucos municípios do Brasil, acredita que 5 mil querem fazer. É uma disputa como se fosse trazer uma Copa do Mundo para o Brasil. É trazer um congresso dessa envergadura para a cidade. Que, às vezes não é possível mensurar o alcance que tem, não só nisso, mas os trabalhos científicos, todos, que foram feitos durante o fórum, e a apresentação desses trabalhos. É importante a participação do FUMCAM, porque é um fundo que visa a educação ambiental, a arborização. Um leque de ações, de projetos que foram financiados com o FUMCAM, são os mais diversos temas. Acha que, o FUMCAM deveria ajudar a constituir esse congresso e já estão buscando recursos, patrocínio da iniciativa privada, mas há de se garantir que tenha recursos para tocar esse congresso desse ano. Então, a ideia seria garantir esse recurso, se for preciso e possível não utilizá-lo e suprir com patrocínios, também é a meta. Com a palavra doutora Fernanda Frois, que em reunião com o presidente da OAB, Felipe Augusto Pereira Alciprete, exatamente para discutir isso, "eu insisto nesse debate e esse dado que o Juarez coloca, acha até um pouco mais preocupante, de liberar 400 mil reais, ou seja, o dobro do que foi feito no ano passado, só para garantir algo. Sugere que primeiro busque patrocinadores e se não atingir o valor necessário se complementa até atingir o necessário. Mas, não garantir um valor tão alto assim do fundo, que deve ser utilizado, a meu ver, ou ver da OAB, para outros propósitos". Juarez esclarece que, serão quatro eventos, o Congresso Brasileiro Ibero-Americano, o Congresso Mirim e o Campeonato Brasileiro de Escalada, que também estão buscando uma parte como patrocínio. Então, o valor que está sendo pleiteado, estimado para realizar é esse valor. Que, entende a colocação da doutora Fernanda Frois, mas gostaria de garantir o recurso para poder fazer o evento e poder firmar com os parceiros e dizer que o congresso vai acontecer em São José dos Campos, em condições de local e recurso garantido. Com a palavra doutora Fernanda Frois, pergunta "se já era sabido que o fórum ia acontecer, tendo em vista que a cidade já foi escolhida para sediar esse congresso desde o último dia que eu estava presente, quando aconteceu, seu questionamento: a prefeitura já está procurando patrocínio? Porque isso aconteceu em setembro, foi outubro



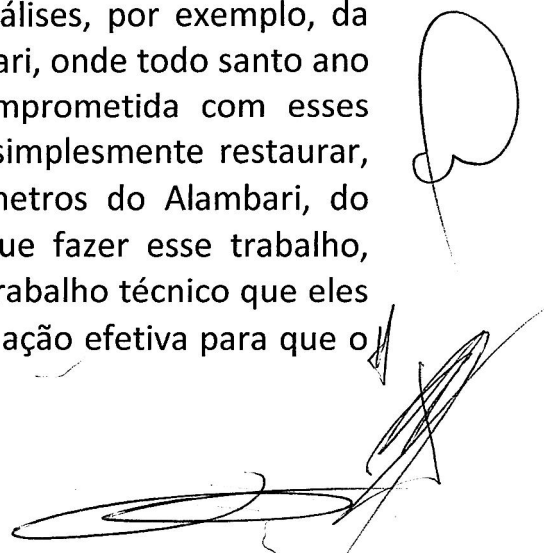
do ano passado? Novembro? Dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, cinco meses. Já houve alguma movimentação em relação a patrocínio, até para atender o que a Nani falou”. Juarez responde que, embora não tenha ainda o dinheiro na conta, nem o contrato assinado, mas tem sete prováveis patrocinadores, que já fizeram contato e estão aguardando o retorno. Com a palavra Nani, complementado sua apresentação, lembra que o evento está estimado em 800 mil reais. Que, os 400 mil, seria do FUMCAM e os demais através de patrocínio. Com a palavra Jeferson, que entende que é um projeto de 800 mil reais, o FUMCAM está se colocando em disposição para 400 mil reais, para garantir o projeto. E, segundo o Juarez sete a oito empresas interessadas em patrocinar. Se forem oito empresas e cada uma der 50 mil, zerou, o FUMCAM não entra. Juarez responde que a corrida é para atingir os 800 mil. Que, antes de usar o dinheiro do FUMCAM, se conseguir 800 mil, fechou a conta, zerou o do FUMCAM, não vai ser preciso. Tem a lista com mais de 20 empresas, não sabe quanto vai dar essa conta, quanto as empresas vão aportar de patrocínio. Jeferson segue com a deliberação, para aprovar a autorização de 400 mil reais, com a condicionante de ter um acompanhamento, mensalmente, das cotas de patrocínio. Pergunta se algum conselheiro quer se manifestar ou fazer uma sugestão. Juarez concorda com a sugestão do Jeferson, e pede colocar em votação. Jeferson pede que os conselheiros contra a liberação do recurso se manifestem. Voto contra da OAB e Rotary. Jeferson considera aprovado com a condicionante, o desdobramento da captação de recursos, deduzido dos 400 que estão sendo pedidos de recursos do FUMCAM. Com a palavra Fabiana que concorda, em grande parte, com o que a doutora Fernanda Frois falou, mas acha também que o congresso é importante, e tentar, o máximo possível, de patrocínio externo, e se faltar dinheiro, completa com o dinheiro do FUMCAM. Jeferson segue com a pauta, passa a palavra para Luiz, da Secretaria de Obras, Divisão de Infraestrutura, responsável por esse trabalho de desassoreamento que o município realiza todos os anos. Fará uma breve apresentação para explicar a importância desse trabalho e pleitear um valor junto ao fundo. Cumprimenta a todos e inicia explicando que, o assoreamento é um processo natural que acontece nos corpos de água, no córrego. Na tela apresenta uma ilustração, no fundo, tem o resíduo de assoreamento que acontece. É um processo natural, agravado com a ocupação humana, com o aumento da impermeabilização e com o desmatamento da mata ciliar e vai assoreando os corpos d’água. Esse trabalho é feito para reduzir os problemas de alagamento que ocorrem nas regiões da cidade. Desde 2017, tinha em torno de 201 ocorrências de



problemas, isso com base de dados, estatísticas, levantamento da Defesa Civil, 156. Mas, com o trabalho de desassoreamento, que é justamente remover esse resíduo do leito do córrego, evita mexer na margem, justamente para não tirar essa proteção e não agravar mais esse problema. Ele tem se mostrado eficaz e teve uma redução considerável com o passar do tempo e o número de ocorrências, de situações envolvendo problemas de alagamentos, ocorrências no município, foi diminuindo. A atuação começou com 30 quilômetros e, hoje, a secretaria está fazendo 60 quilômetros e dobrou essa capacidade de atendimento. Que, tem catalogado, no banco de dados, 244 quilômetros de rios e córregos, que representavam 18%. Esse ano, que o contrato está vigente, estão fazendo 60 quilômetros. Na tela mostra em amarelo, os principais córregos na região do município. Esses dados estão todos compilados, todas essas informações para sempre estar fazendo esse trabalho e aperfeiçoando, cada vez mais, com o maior número de dados possível. Luiz apresenta ao conselho os dados do contrato vigente, número de contrato, processo, o valor, o valor do aditivo que está pleiteando, um dos motivos de estar fazendo essa apresentação, porque vem buscar uma aprovação para que possam aprovar um aditivo de 421 mil reais. Na tela do lado direito, apresenta os dados de contrato também, a quantidade em extensão, em metros, de córregos, rios, diversas valas que são feitas o desassoreamento. Alguns lugares, é preciso remover esse material, tem uma quantidade em metro cúbico, que levam para um bota-fora licenciado. Que o contrato tem uma quantidade X de horas de equipamento, porque, às vezes, tem dificuldades, precisam acessar o local, fazer uma limpeza, limpar piscinões que tem na região. Então, usam também uma quantidade de horas, porque, às vezes, não consegue fazer por metro linear, então, precisam do equipamento para fazer essa limpeza. E a parte de mobilização e desmobilização do equipamento, são diversos pontos da cidade. O status do contrato hoje está com 78% realizado. E, o objeto principal da apresentação, é o lago do Parque Interlagos. É uma demanda já antiga, que a prefeitura está inserindo no contrato atual desse ano, que é a limpeza do lago. Ele fica no Parque Interlagos, uma área urbanizada, com 32 mil metros quadrados, tem uma pista de caminhada no entorno, tem quadra, tem equipamento de ginástica e uma biodiversidade grande, com aves, peixes. O lago tem uma fonte ornamental com iluminação de LED. Só que tem esse inconveniente, essa proliferação de vegetação macrófita no entorno do lago. E, cada ano que passa, essa vegetação vai aumentando, crescendo de uma forma muito rápida. A limpeza de lago, era uma demanda antiga da população.



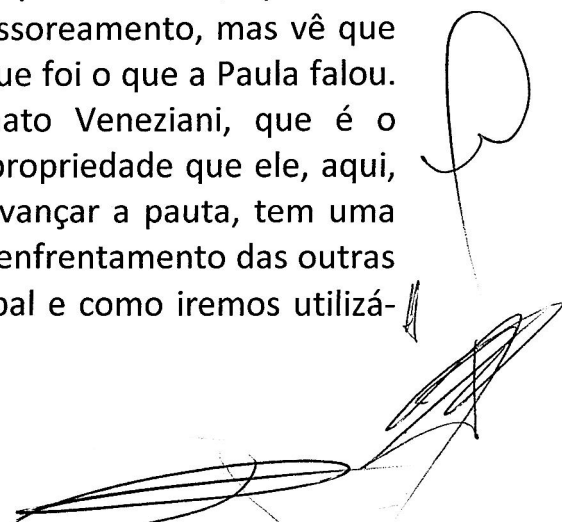
Está tendo um crescimento descontrolado dessa vegetação em torno do lago, essa vegetação é prejudicial para a qualidade da água, ela resulta em vetores de doença, problemas de saúde pública e isso gerou muita reclamação no 156. Existe a importância da preservação e monitoramento antitransbordamento, porque esse lago tem uma função também, de fazer uma reserva da água, de controle antienchente. É como se fosse um reservatório de detenção. Toda contribuição da região, do entorno, ele não tem só essa função estética, mas ele tem essa função de drenagem, essa questão hidráulica, de segurar e de fazer essa detenção, essa reservação. Então, essa vegetação acaba ocupando um espaço de onde seria a área de reservação da própria água de chuva. Existe uma travessia, embaixo com a tubulação e os bueiros de passagem de água entupidos com essa vegetação. E, a prefeitura está com uma proposta de fazer esse trabalho de limpeza, através de um equipamento chamado trator aquático. Ele consegue acessar até essa planta flutuante, tem um sistema onde ele consegue cortar, roçar, porque existe a parte que está submersa. Esse equipamento tem uma serra, onde ele corta e fatia essa vegetação e, com a garra do equipamento, ele puxa e leva até a margem para o equipamento remover. Esse objeto de aditamento é necessário o aporte no valor de 421 mil reais. Jeferson a agradece pela apresentação, e passa a palavra para Paula, que trabalha na SEURBS, na DPAV, trabalha com biodiversidade. Tem uma dúvida quanto ao que o Luiz falou e pergunta se o Conselho de Meio Ambiente, o fundo, ele, financia ações ambientais?. Que, o decreto que discrimina quais ações pede recurso, tem que seguir alguns incisos, dos quais se baseia para poder ver se enquadra ou não no FUMCAM. E obra, para ela, é uma novidade, mas, tudo o que o Luiz falou faz todo sentido, eles fazem um trabalho muito bom, inclusive, avançando em extensão, e tudo o que ele falou são consequências. Na verdade, o córrego está assoreado, porque esse sedimento veio de algum lugar. Se essa macrófita está aumentando ali é porque matéria orgânica caiu, é porque algum manejo não foi feito, ou algum fator de saneamento. Pergunta se no conselho está tratando de questões ambientais, por que não são incluídos, nesses contratos de obras análises, por exemplo, da bacia como um todo. Como exemplo cita o Alambari, onde todo santo ano tem que desassorear. E uma margem fica comprometida com esses resíduos, às vezes, eles retiram, mas não pode simplesmente restaurar, então, não pode ter árvore na beira dos 30 metros do Alambari, do Pararangaba e de tantos outros, porque tem que fazer esse trabalho, porque tem que entrar com máquina, ou seja, o trabalho técnico que eles fazem. Imagina que, talvez um estudo ou alguma ação efetiva para que o

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke extending to the left. Below it, there are several smaller, more complex scribbles and initials.

condomínio ou loteamento deixe de carrear alguma coisa está acontecendo para ter tanto assoreamento em tanto córrego, e são quase todos, só aumenta a extensão. E, por que isso não é feito? Não é pensado também um estudo para que se evite? Por exemplo, e a questão das macrófitas? Alguns anos atrás, a CEIVAP, o Manara era presidente até pouco tempo atrás, ofereceu, pela AGEVAP, um recurso para vários municípios ao longo do Paraíba para fazer essa dragagem, essa retirada de macrófitas. Que, existem outros financiamentos que possam recorrer, como exemplo o FEHIDRO. Paula sugere que seja pensado, para poder, de certa forma, ampliar a questão e não ficar simplesmente tratando a consequência. Com a palavra Juarez, que agradece a participação da Paula, que é óbvio que todo recurso, seja municipal, estadual ou federal, mas está falando do meio ambiente. O meio ambiente é um direito difuso e pertence a todos. Acha que é um dever e um direito de todos. Lembra que foi feito um plano diretor de macrodrenagem, um estudo feito pela prefeitura. Mas, há de se convir que a erosão também ocorre na zona rural, é um processo natural. E, a importância de fazer o desassoreamento e por que essa matéria orgânica já existente, que está em decomposição. Melhora a oxigenação, facilita a vegetação das margens, tem os benefícios. É uma situação, um status que está presente, que o município está fazendo um esforço com os demais órgãos, para poder solucionar ou equacionar esse problema. Vale a observação, de fazer o estudo mais acurado. Enfim, a fiscalização de obras, da implantação de novos loteamentos é bem rigorosa, vai até os loteamentos, acompanha a implementação de novos loteamentos, justamente para evitar assoreamento por conta de carregamento de material particular para o curso de água. O Fundo Estadual, FEHIDRO, que tem recursos para ser aplicado na melhoria da qualidade e na quantidade dos recursos hídricos, tem o quesito, que é destinado para o desassoreamento, não é novidade agora para ninguém, já há muitos anos. Juarez informa que ficou mais de 12 anos no Comitê de Bacias, onde aprovaram projetos para todos os municípios do Vale para tratar melhor seus rios urbanos. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziani, diz que a Paula falou com toda propriedade. Que é preciso ver também a causa dessa macrófita. Não há dúvida que tem que se fazer a limpeza e tirar a macrófita. É evidente que tem alguma carga orgânica no circuito, para que tenha essa proliferação de macrófita. Senão, não estaria proliferado, principalmente ali. Pergunta se esse contrato não é um contrato do FUMCAM, e se ele só está pedindo aditamento? Luiz responde que sim, esse contrato não é do FUMCAM, que está pleiteando um aditamento, no valor de 421 mil. Renato responde



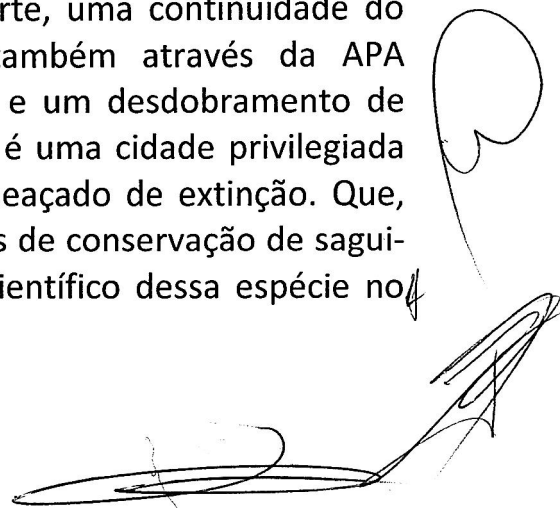
que “é favorável á limpeza, porém, não adianta limpar e não ter ação ou monitoramento, ou detecção por que está causando. Se limpar agora, daqui a alguns anos, volta a macrófita, porque tem carga orgânica, e vamos votar outra vez. Então, se for para a gente votar um dinheiro do FUMCAM para colocar um contrato para tapar o buraco do município, tenho minhas dúvidas. Agora, se for para tratar e resolver o problema local, ter um estudo mais apurado e das causas, estou de acordo”. Com a palavra o conselheiro Cláudio Scalli, que parabeniza pela apresentação, que vê essa obra não como um simples desassoreamento. Conhece o local, em vistoria, a pedido da prefeitura, e, realmente, é uma obra de cunho estritamente ambiental. É de pleno acordo de que o FUMCAM tenha participação nessa obra, que é extremamente de cunho ambiental. Essa obra pode ser dispensada de um licenciamento ambiental, por conta de caracterização do desassoreamento e acha prudente, que entrem com um pedido de dispensa de licenciamento, só para ter o resguardo. Juarez responde ao conselheiro Claudio que essa obra já tem autorização da agência ambiental e a SGHO já tem autorização. Lembra aos conselheiros que não é uma obra para tapar buraco, mas qualidade de vida, de controle ambiental. Está, inclusive, nas prerrogativas, na legislação, da aplicação dos recursos do fundo, exatamente para controle ambiental. Então, ninguém está solicitando recurso indevido, que seja aplicado o FUMCAM. Muito ao contrário, está no decreto, na lei de aplicação, que o recurso do FUMCAM pode e deve ser utilizado para controle ambiental, Artigo 5º, inciso 3, gerenciamento e controle ambiental. Juarez responde ao Renato, que não se trata de tapar buraco. Na verdade, está buscando melhorar a qualidade de vida da população, um controle ambiental maior. Renato justifica sua fala, porque o contrato não é do FUMCAM. Se o contrato fosse do FUMCAM, não estava nem discutindo. O contrato é com dinheiro da prefeitura, que precisa do aditamento, que é via ambiental, e vem ao FUMCAM. Jeferson segue com a reunião, lembra que tem um recurso que nunca tivemos, e outras secretarias estão percebendo que o Fundo Municipal do Meio Ambiente está tendo capital. Então, acha que é oportuno, uma reflexão séria do que queremos para o fundo, apesar da legislação autorizar. Que, concorda com o desassoreamento, mas vê que está faltando discutir a manutenção preditiva, que foi o que a Paula falou. E concorda também com o conselheiro Renato Veneziani, que é o presidente do Comitê de Bacias, e, com maior propriedade que ele, aqui, não tem. Então, por questão de ordem, para avançar a pauta, tem uma demanda crítica, que é como gerir e como ter o enfrentamento das outras secretarias quererem recurso do Fundo Municipal e como iremos utilizá-

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke extending to the left. Below it, there are several smaller, more complex scribbles and lines.

lo, daqui para frente, da melhor forma possível. Com a palavra o conselheiro Marcelo Godoy, que concorda plenamente com o Renato e Juarez, que o entendimento é por aí, no sentido de que, hoje, se fosse um município sem um FUMCAM, essas despesas estariam com Obras, ou Secretaria de Serviços, enfim. Há, talvez, um olhar, no sentido do FUMCAM, uma busca por esse valor, no sentido, justamente por ter esse valor e por envolver a questão ambiental. Acha que o que é um pouco questionável, por que não buscar esses recursos por outras secretarias? Justamente, secretarias envolvidas na questão obra, serviços, e deixasse o FUMCAM em um segundo momento. Mas, entende que, devido à autorização que tem, legalmente, existe essa possibilidade. É que a demanda é tão grande, e usar esses serviços, a níveis ambientais no município, que acaba dando um pouquinho essa discussão. Mas, é importantíssimo, que o Renato falou é de extrema importância mesmo, de verificar o porquê de causar tudo isso. Jeferson agradece o conselheiro Marcelo e passa a palavra para a conselheira Fernanda Fowler, suplente da OAB, que nessa linha, que foi falado pelo Renato, pelo Godoy, ela fica sempre muito preocupada com o uso, ao seu entender, até abusivo, do fundo, porque, diante dos eventos extremos, é preciso estar preparados para que, de repente, venham tragédias ou, de repente, uma situação um pouco mais extrema, que tenha um valor guardado para que possa ser usado. Que, se atenta para esse fato, que os eventos extremos estão cada dia mais comuns, as perdas ambientais, cada dia mais comuns e precisamos conviver com isso e nos adaptar. Acredita que o fundo, ele tem que ser usado, com muito cuidado, para que sempre tenha valores para atenuar, caso venha algum tipo de situação mais extremática. Juarez responde que não tem nenhum uso abusivo do recurso do FUMCAM. A questão é o modo do recurso, que é discutível. Com a palavra Luiz, que complementado as palavras do Juarez, informa que a prefeitura sabe as deficiências que existem no município, ela sabe das obras estruturantes que precisa fazer, já tem projeto e orçamento dessas obras, só que não são obras baratas de fazer, são obras caras, que precisam de recurso externo, de financiamento, porque não dá para a prefeitura suportar esse custo. Especificamente, no Parque Interlagos, onde está pedindo esse recurso, existe um projeto e um orçamento, justamente para aumentar o vertedor no lago, porque já teve um incidente, de o nível do lago subir e invadir a rua e já aconteceu. E, esse trabalho de desassoreamento, a prefeitura já faz há 20 anos, como uma manutenção preventiva. Juarez, a título de informação, pede que os conselheiros confirmem no portal GeoSanja todas as obras que a prefeitura já fez, inclusive, várias dessas



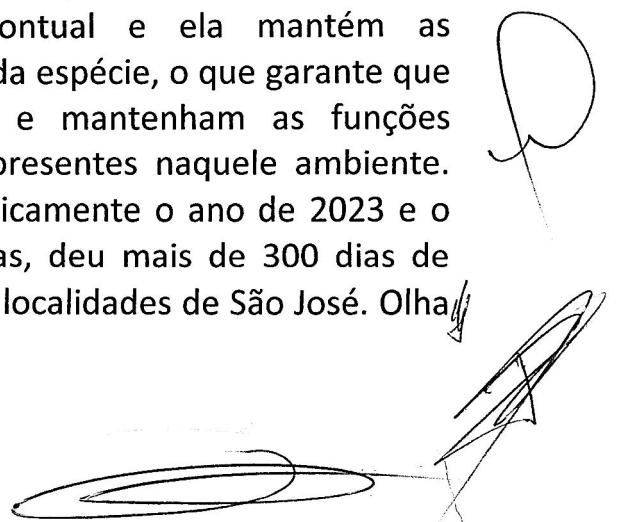
foram feitas ano passado, retrasado, visando exatamente minimizar esse problema de alagamentos na cidade, bacia de detenção. E essa obra vem ao encontro daquilo que a gente precisa, na prevenção, quando retira sedimentos do curso de água, melhora a armazenagem de água naquele local e evita doenças. E, veste, profundamente, nos recursos do FUMCAM e não vê nenhum desvirtuamento da aplicação dos recursos. Com a palavra o conselheiro Paulo, que é a favor do desassoreamento, mas um adendo como a Paula disse, de se fazer um estudo, do porque estar acontecendo essa proliferação das macrófitas, provavelmente, deve ter uma carga orgânica grande. Jeferson coloca para votação, para aprovação ou não. Sugere que seja feita uma moção, diante até da sugestão do conselheiro Paulo e da Paula, que fosse acionada a Secretaria de Serviços Municipais e a própria empresa, Sabesp e a secretaria, que faz a gestão das concessionárias, para que elabore algo solicitando informações, pedindo com mais ênfase, para ser apresentado na próxima plenária. Jeferson segue para votação, pede aos favoráveis que permanecem como estão, os contrários que se manifestem. Renato Veneziani, pede para que seja registrado em ata seu voto contrário. Que, é contra por ter um contrato da prefeitura e vir buscar um aditamento no FUMCAM. Jeferson informa que a OAB e Rotary também votam contrários. Com três votos contrários, aprovado pela maioria. Jeferson sugere que na próxima plenária, na próxima gestão, o conselho se debruce um pouco mais sobre os usos desse recurso, para evitar a famigerada fome de dinheiro das outras secretarias. Segue com a pauta, professor Fabiano Melo de Viçosa, que apresentará as Ações do Projeto Sagui-da-serra-escuro. Com a palavra professor Fabiano, que cumprimenta a todos, agradece o convite e externa a sua gratidão a todos os conselheiros, à prefeitura de São José dos Campos, que não mediram esforços para que esse projeto começasse, e, hoje, ele tem bons resultados. Apresenta-se como professor Fabiano Melo, da Universidade Federal de Viçosa, biólogo, doutor em ecologia e trabalha com primatas desde a sua graduação. E está coordenando esse projeto, que começou com a iniciativa da prefeitura de São José e que contou, não só com o FUMCAM, mas também com o apoio de uma medida compensatória. Teve uma segunda parte, uma continuidade do projeto com uma medida compensatória, também através da APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul, do ICMBio e um desdobramento de financiamentos é um grande desafio. São José é uma cidade privilegiada por ter uma espécie de sagui, um primata ameaçado de extinção. Que, iniciou um projeto com a prefeitura sobre ações de conservação de sagui-da-serra-escuro, o *callithrix aurita* é o nome científico dessa espécie no

A handwritten signature in dark ink, located at the bottom right of the page. Above the signature is a large, hand-drawn circular mark, possibly a stylized 'Q' or a decorative flourish. The signature itself is cursive and somewhat abstract, with several loops and strokes.

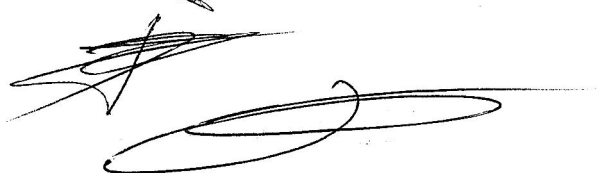
município de São José dos Campos. Como prioridade, teve a ideia de fazer o trabalho na área urbana de São José. E, esses quase três anos de projeto, não deu estudo ainda, mas está chegando ao terceiro ano de projeto, e focou na área urbana do município. A ideia é continuar o trabalho também, na área rural, pegando outros distritos de São José. Inclusive, uma parte do projeto, que é um programa de primatas de São Francisco Xavier, tem um eixo específico para o sagui-caveirinha, ou o sagui-da-serra-escuro. É uma espécie endêmica da Mata Atlântica, ela só ocorre no Brasil, particularmente, no sudeste do Brasil, e já foi citada como uma das 25 espécies de primatas mais ameaçadas do mundo, principalmente por conta da perda do habitat e com competição com espécies invasoras, que são espécies alóctones, nativas do Brasil, mas que vieram de outras regiões. Esses invasores, alóctones, são bichos da fauna brasileira, são primatas da nossa fauna, mas que não estão no lugar certo. A partir do tráfico de animais silvestres, tanto o sagui-de-tufos-pretos, que é o mico-estrela, ou o sagui-de-tufos-brancos, que é o *callithrix jacchus*, e o de tufos pretos é o *callithrix penicillata*, eles estão presentes no centro-oeste e no nordeste do Brasil, incluindo, principalmente, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, eles vieram, de forma equivocada para o sudeste do Brasil. E, infelizmente, uma vez soltos na mata, no sudeste do Brasil, eles hibridam, eles cruzam com a espécie nativa. E, no caso de São José dos Campos, a espécie nativa sempre foi muito antes do que o Brasil era Brasil, é o *callithrix aurita*. E, infelizmente, com esse cruzamento desenfreado, eles têm deteriorado, tem erodido o conteúdo, o componente genético da espécie nativa. E isso é chamado de introgressão gênica, ou seja, os genes de uma espécie passam para outra espécie e se misturam. O *callithrix aurita* tem uma característica muito marcante daquela carinha de caveirinha, que, inclusive, tem um indivíduo com outros híbridos, isso aqui é um híbrido típico, eles descaracterizam, eles perdem aquele perfil da espécie original. E isso é ruim, porque se mantém se perpetua. À medida que os cruzamentos vão ocorrendo, esses bichos vão perdendo, vão deteriorando esse componente genético. E aí a prefeitura montou o Programa Primata de São Francisco de Xavier, que tem vários eixos, um deles é o Projeto *Callithrix Aurita*, que começou graças ao apoio do FUMCAM. Então, estou aqui, com o coração aberto de imensa gratidão, porque a prefeitura de São José, junto com o FUMCAM, com esses conselheiros e com essa iniciativa, se tornou uma prefeitura, única no Brasil, a trabalhar com uma espécie que é o *callithrix aurita*. Agora, a gente tem outras prefeituras, no Rio de Janeiro, algumas em Minas Gerais, que têm trabalhado também com a espécie, mas, nesse



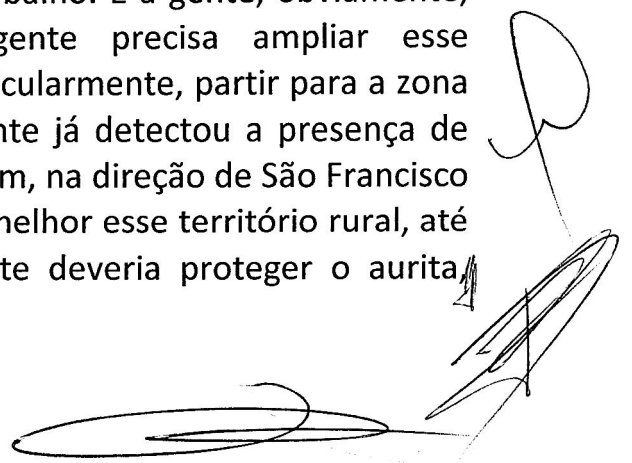
nível, com esse porte, com esse tipo de envolvimento, não. Então, o Projeto Sagui-da-serra-escuro é parte desse eixo maior do Programa de Conservação dos Primatas do município de São José dos Campos, que, no final das contas, a gente tem o número maior de espécies ameaçadas de primatas no distrito de São Francisco Xavier, até por conta da presença do muriqui-do-sul, que é aquela espécie de primata de maior porte, que todos conhecem que, por enquanto, a gente só o achou no distrito de São Francisco Xavier. Então, o programa é parte desse eixo e ele só ocorreu por conta desse recurso que a gente aportou nele com o objetivo principal de mapear as áreas de ocorrência de *Callithrix aurita* nessas áreas propícias à presença da espécie no município, na cidade de São José, através, inclusive, de reportes de munícipes, além de conversas e entrevistas semiestruturadas com moradores, e a gente, por indicação, até com participação muito forte da prefeitura, da SEURBS, da Paula, a bióloga, e de outros colegas que trabalham na SEURBS, a gente teve as indicações de fragmentos nas microbacias que a gente começou a fazer esse levantamento. Então, a gente teve, além desse objetivo de levantar onde ocorre a espécie no município, a gente também teve o objetivo de fazer a captura, esterilização e contenção desse processo de hibridação, particularmente, de indivíduos já detectados como híbridos, ou de indivíduos que a gente chama alóctones, que são das espécies invasoras. E, obviamente, a gente não poderia deixar de fazer ações de sensibilização e ações de educação ambiental com a população, claro, com apoio do poder público. No caso da parte de captura e esterilização, a gente contou com o envolvimento direto do CRAS, que é o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres da Univap. Então, a Univap também foi parceira nesse projeto. Vocês estão vendo, aqui, algumas das atividades que a gente fez nessa primeira etapa de captura desses animais alóctones e híbridos. Então, está aqui a doutora Fernanda Nery, que foi a bióloga que me ajudou na primeira parte do projeto. Aqui, o time do CRAS fazendo a contenção, esterilização desses animais. E por que a gente está esterilizando os animais? Porque a gente precisa que eles voltem à natureza, eles retornem à natureza e não reproduzam mais. Mas, a esterilização é bem específica, bem pontual e ela mantém as características biológicas, comportamentais da espécie, o que garante que eles não percam espaço nem território e mantenham as funções ecológicas, uma vez que eles já estavam presentes naquele ambiente. Então, na primeira etapa, que envolveu basicamente o ano de 2023 e o início de 2024, a gente fez nove campanhas, deu mais de 300 dias de campo e 2 mil e 800 horas de campo, em 30 localidades de São José. Olha!

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke extending to the left. Below it, there are several smaller, more complex initials or scribbles.

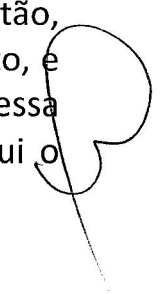
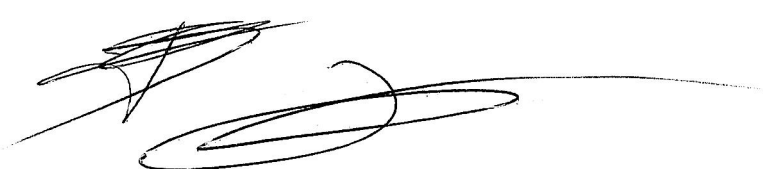
que interessante: nesse primeiro ano, a gente achou 125 saguis da espécie *callithrix aurita*, mas nós também achamos 49 híbridos e 25 saguis da espécie *penicillata* e três espécies *jacchus*, ou seja, era uma situação que já acendeu o sinal amarelo. Obviamente, já sabendo disso, a gente fez campanhas de captura, com armadilhas de gancho, que a gente chama vocês já viram elas aí, e conseguimos, em 15 estações de capturas, monitorar, capturar, monitorar 50 *calitriquídeos*, todos eles considerados híbridos, e eles foram devidamente esterilizados no CRAS da Univap. Então, essa foi a primeira etapa, onde a gente detectou os primeiros auritas de vida livre, onde estavam mais híbridos, e a gente já fez essa parte de contenção, captura e esterilização. Na segunda parte, a gente expandiu o trabalho no território de São José dos Campos, mas de novo, pessoal, focado na cidade, porque é uma demanda que a própria prefeitura pediu, vai entender como que está a distribuição da espécie na cidade de São José, porque, de fato, é impressionante, mas a gente tem, felizmente, muitos saguis-da-serra-escuro vivendo com os munícipes de São José, o que eu acho um grande privilégio. Na segunda etapa, então, nós avançamos nessas áreas. Então, se vocês olharem, o mapa está muito mais completo agora, a gente tem muito mais outros fragmentos que foram visitados. Lembrando que, na primeira etapa, a gente também esteve lá no Parque Municipal de Augusto Ruschi, a gente confirmou que o *callithrix aurita* ainda estava presente lá. Não conseguimos fazer um levantamento populacional, mas detectamos a presença, que já era conhecida, de alóctones no entorno do parque, capturamos esses alóctones e esterilizamos. Ainda vamos para uma segunda etapa de captura, porque ficaram alguns indivíduos para trás, mas a gente ainda não desistiu, porque o Augusto Ruschi ainda é uma pérola e é muito importante, enquanto área protegida, para manter populações saudáveis de sagui-da-serra-escuro. Então, na segunda etapa, pessoal, que foi basicamente o ano de 2024 e o começo de 2025, a gente fez dez campanhas, com dez dias de campo em média. Deu 110 dias ao todo, em torno de 660 horas. A primeira etapa teve muito tempo de captura, e, nessa segunda etapa, agora, a gente não envolveu as capturas, nós vamos retornar às capturas esse ano. Então, foram 126 polígonos visitados na região leste, sudeste rural, uma parte rural pequena ainda, a gente não está focando na região rural de São José, queremos fazer isso nas próximas etapas, mas olha que número impressionante, são 354 indivíduos de *callithrix aurita* identificados. Ainda assim, conseguimos ver mais 53 (híbridos) [02:14:15] e um indivíduo de *callithrix penicillata*, que é um dos alóctones. Então, juntando essas amostragens, a gente tinha uma



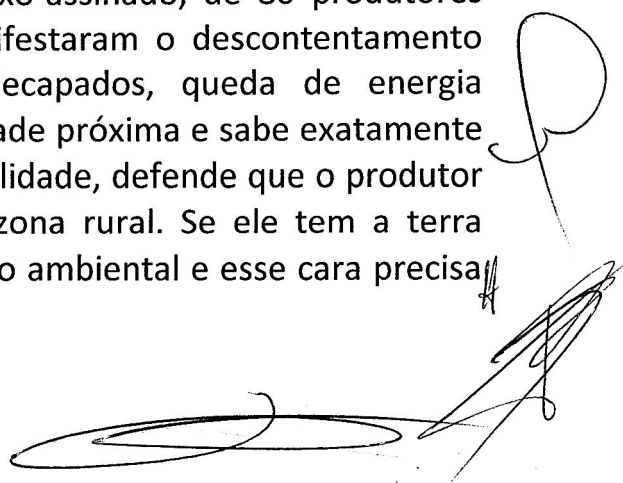
porção leste do município, abaixo da Dutra, que era, basicamente, dominada por saguis puros, mas, hoje, já identificou alguns saguis híbridos, e a porção oeste dessa parte aqui do município, indo para Jacareí, já era uma porção dominada por indivíduos híbridos, que são essas bolinhas laranjas. As bolinhas vermelhas são da espécie nativa, e essas bolinhas laranjas são dos alóctones e essas bolinhas mais roxinhas são de híbridos, já detectados nos grupos. A gente tem, inclusive, grupos mistos, que a gente fala, que a gente tem um indivíduo de sagui-da-serra-escuro e indivíduos híbridos. Mas, olha que incrível essa informação: juntando as duas etapas, os números são muito impressionantes, pessoal. São 479 saguis-da-serra-escuros. Para vocês terem uma ideia, isto representa 5% do número total de saguis-da-serra-escuros que tem no mundo. O município de São José dos Campos é responsável por 5% de toda a população, de todo o conjunto populacional de saguis que existem estimados, claro, no mundo. Então, é uma informação muito importante, com 102 híbridos presentes e pelo menos 28 alóctones. Então, a gente dominou essa região aqui, abaixo da Dutra, e a gente já fez alguns inventários aqui, ao norte da Dutra, mas a ideia é que a gente amplie o território agora. Ou seja, São José dos Campos é a terra dos auritas. Isso ninguém tira esse título mais, viu, Juarez? Se você quiser, você pode dar um título para a cidade de São José, como a capital do sagui-da-serra-escuro. Para vocês terem uma ideia, o Parque Estadual do Rio Doce tem 36 mil hectares. Ele está no leste de Minas Gerais e ele não tem nenhum aurita no seu território. Ele é praticamente consolidado por híbridos e alóctones invasores. Em uma área de Mata Atlântica de 36 mil hectares, em Minas Gerais, a gente não tem um aurita. Enquanto em São José dos Campos, nós estamos com 5% da população mundial. E, óbvio, o trabalho de sensibilização dessa comunidade joseense, que foi muito importante e que, hoje, está muito fortalecido com a parceria com o Ecomuseu, que já vem trabalhando nessa questão de sensibilização há muito tempo. Eu já tive várias oportunidades de palestrar na Univap, de estar aí com vocês. Os pesquisadores que trabalharam e que trabalham comigo também têm feito esse papel. Aqui uma foto do Cleuton, o doutor Cleuton Miranda, que está, hoje, no projeto fazendo esse trabalho. E a gente, obviamente, tem uma demanda pela frente. A gente precisa ampliar esse levantamento, esse monitoramento e, particularmente, partir para a zona rural, tanto ali na divisa, ao sul, que a gente já detectou a presença de aurita indo para a Serra do Mar, mas também, na direção de São Francisco Xavier, seria importante a gente conhecer melhor esse território rural, até para detectar áreas isoladas, onde a gente deveria proteger o aurita.



assim como Augusto Ruschi, que é uma área muito importante para ele, e, por isso mesmo, retomar o monitoramento dessa população do Parque Natural Municipal de Augusto Ruschi. E, claro, continuar o trabalho de manejo de indivíduos híbridos e alóctones, porque aí a gente reduz a reprodução desses animais e diminui a pressão dessa hibridação, que é, hoje, a principal ameaça com relação a essa espécie. E, obviamente, continuar esse trabalho lindo que a gente está desenvolvendo de atividades de sensibilização. O Juarez já antecipou, o Ecomuseu conseguiu, através de recursos da Petrobras, uma continuidade do projeto. Então, a gente tem três anos aí, 24, 25 e 26, com um pequeno trecho em 27, que a gente deve continuar, com os trabalhos no município. E a gente, então, apesar do foco ter a região ali, da Revap, a gente tem, hoje, uma liberdade para trabalhar no município como um todo. E a gente teve uma sinalização da própria prefeitura, de continuidade do projeto, porque a gente tem muita demanda, ou seja, a parceria com o Ecomuseu, hoje, é fundamental para consolidar as atividades, mas a continuidade de parceria com a prefeitura também nos traz muita tranquilidade em relação a essas ações que precisa finalizar, desenvolver, em particular, o controle desses alóctones invasores. Pessoal, o projeto é imenso, ele é feito por muitas pessoas especiais, que têm trabalhado em parceria com a gente, pela UFV, mas eu não poderia deixar de agradecer, em particular, o secretário Manara, o Juarez e o Marquinhos, que está lá, em São Francisco Xavier, sempre nos apoiando. Pela prefeitura, também, um carinho e um agradecimento especial pela Andreia e pela Paula, que não mediram esforços para que o trabalho fosse realizado. O Luciano tem toda uma equipe que trabalha conosco na prefeitura, que tem sido fundamental. E os colegas da Univap, a Flávia, a Hanna, que já até saiu. Hoje, a gente tem a Haíris, tem vários colegas que estão trabalhando conosco, os estagiários e alunos bolsistas que já tiveram no projeto, a doutora Fernanda Nery, hoje, o doutor Cleuton Miranda, o Rafael, que foi bolsista, a Milena, que foi bolsista, hoje, bolsista Juliana, Juliana França, que está conosco, a Laila, do Ecomuseu, que começou até estagiando conosco e, hoje, ela coordena uma parte do trabalho que a gente está desenvolvendo pelo Ecomuseu, então, a gente é muito grato por essa parceria e, claro, o Fernando, a Letícia, aqui, representando o ICMBio, que são pessoas incríveis também, que não só acreditaram no projeto, como permitiram o financiamento dessa segunda parte, com esses recursos de compensação da APA. Então, a gente é muito, muito agradecido a todos que acreditaram no projeto, e eu gostaria muito de frisar essa importância, frisar e deixar bem claro essa importância das parcerias que a gente desenvolveu. Então, está aqui o



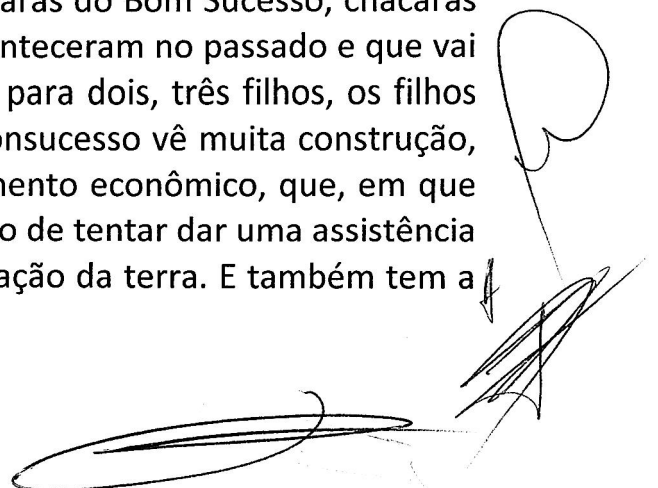
meu contato. Eu queria, mais uma vez, parabenizar os conselheiros por terem coragem, por tomarem essa iniciativa e tornarem São José dos Campos pioneira nesse trabalho de conservação do sagui-da-serra. Para vocês terem uma ideia, não só no Brasil, nas participações de eventos e congressos que eu tenho, mas nas participações internacionais que eu faço, São José dos Campos é espelho para muitos municípios no Brasil e, certamente, para muitos lugares no mundo, em relação ao olhar do poder público com a conservação da biodiversidade. Então, eu fico muito orgulhoso de dizer que um município, a partir de uma prefeitura, decidiu cuidar de uma espécie ameaçada. E, é claro, daqui para frente, a gente espera não só apresentar esses resultados, a parte escrita, a Paula, inclusive, já fez uma nota, a gente tem uma nota técnica, inclusive, que a prefeitura elaborou, principalmente, com a liderança da Paula e do pessoal do ICMBio, para a questão dos empreendimentos. A gente está discutindo uma série de desdobramentos importantes que a gente precisa fazer em relação a isso, mas que a gente espera contar com a continuidade, Juarez, do projeto e, no momento oportuno, apresentar aqui, ao FUMCAM, também, essas demandas que a gente ainda tem. Eu não queria delongar muito e deixo aqui os meus contatos e, mais uma vez, agradeço a compreensão, a participação e, obviamente, a paciência de todos. Juarez agradece professor Fabiano Melo, gratidão, por esse trabalho fantástico. E 5% dos aurita, na cidade é muito, um presente que nos trouxe. Agradece aos conselheiros do COMAM, pela aprovação dos recursos. Tem certeza que o recurso apresentado do COMAM vai ter continuidade do trabalho. Pelo menos mais dez ou 15 anos, professor, garantir o nosso trabalho, para as próximas gerações. É importante esse trabalho feito, com toda essa equipe e coordenação, conhecimento, expertise e de trazer toda essa gama de conhecimento para o município. Jeferson agradece professor Fabiano pela apresentação e dando andamento a pauta importante, juntamente com uma extraordinária do CMDR, onde será finalizada com último assunto, que são as normas para implantação do Condomínio de Sítios de Recreio. Antes passa a palavra para Vinicius Correa, da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico., que traz a plenária um abaixo-assinado, de 80 produtores rurais da região do Terra Boa, que manifestaram o descontentamento com a EDP Bandeirantes. "São fios decapados, queda de energia constante. O coronel Mauro tem propriedade próxima e sabe exatamente do que acontece. E, falando em sustentabilidade, defende que o produtor rural é o maior agente de proteção da zona rural. Se ele tem a terra produtiva, ele está promovendo a proteção ambiental e esse cara precisa

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke extending to the left. Below it, there are several smaller, more complex scribbles and initials.

ser respeitado, porque, além de proteger o meio ambiente, ele traz o nosso alimento. O problema é que ele fica só com o ônus. É reserva legal, é proteção de APP, riscos de ser fiscalizado porque edificou em uma área de inclinação acima do que a lei permite. Enfim, todas as regras a serem cumpridas, elas são fiscalizadas em cima do produtor rural. E, hoje, ele está tendo um novo problema, que é novo porque chegou agora, que são os ataques de javali. Javali atacando a lavoura, javali atacando propriedades, atacando até gado. Javali comendo bezerro recém-nascido no pasto. A onça, a gente vai dar para ela o benefício da dúvida, porque nós estamos no lugar errado. Javali está no lugar errado também, mas a onça está no lugar certo. Agora, isso, no meu ver, o risco é nosso, que estamos lá no mato. Só que o grande problema é o seguinte: a zona rural é conhecida pela proteção das questões ambientais do produtor rural e também é conhecida pela tranquilidade, pelo sossego, só que é, constantemente, o produtor rural tendo que comprar, os produtores comprarem geradores de energia elétrica, através de alimentação a diesel, porque a nossa famigerada energia limpa, que a EDP promove para a São José dos Campos, ela cai toda hora. Então, toda hora cai a energia, entra o gerador a diesel, poluindo o meio ambiente, o mesmo meio ambiente que o produtor é obrigado a proteger. Tem produtor que já perdeu a produção porque ficou dois dias sem energia. Não é um caso ou outro, são vários. Então, eu tenho, aqui, esse abaixo-assinado, que eu gostaria de protocolar. Sou conselheiro do CMDR, gostaria de saber se isso pode ser levado adiante. E a gente precisa levar essa pauta adiante, de uma forma ou de outra, porque a EDP presta um desserviço na zona rural. É um desserviço. O produtor ficar lá um dia, um dia e meio sem energia elétrica e ter que recorrer a geradores a diesel? "Porque não é todo produtor que consegue um financiamento para fazer uma estação de energia solar para alimentar a sua propriedade". Vinicius pergunta o que o FUMCAM está destinando para o PSA, aos produtores rurais? São córregos assoreados na zona rural, problemas ambientais, problemas de geração de resíduos, descartes irregulares, e a própria portaria 003 da SEURBS, ela prevê o investimento em PSA para os produtores rurais. Pergunta ao presidente quantos produtores rurais, hoje, estão sendo contemplados com o PSA. Juarez responde que o PSA tem feito, por exemplo, pagamentos de serviços ambientais, um piloto em São Francisco Xavier, em quatro propriedades rurais. O FEHIDRO é uma porta de entrada para os projetos. Vinicius sugere que é preciso ter um pouco mais de carinho com as questões ambientais ligadas à zona rural, porque esse valente, que está lá, lutando, batalhando, precisa desse Conselho de Meio Ambiente também,



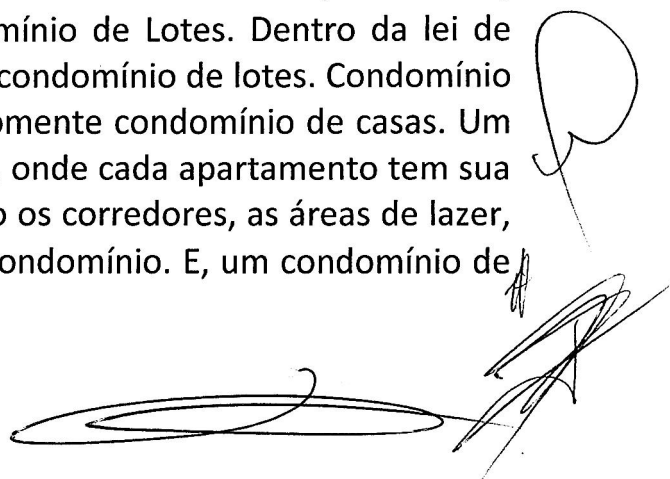
não só do CMDR. Juarez acha importante essa pauta que o Vinícius trouxe, a questão do pagamento de serviços ambientais, poderia se pensar em um projeto, um recurso do Fundo de Ecosistema. Jeferson agradece Vinicius e passa a palavra para Oswaldo, diretor de Planejamento Urbano, da prefeitura, servidor, 35 anos de carreira que cumprimenta a todos. Inicia primeiro com a ideia, hoje, de falar dos ajustes da legislação urbanística, para discutir com a cidade, no mês de maio e mês de junho, onde serão propostos ajustes no Plano Diretor, que tem a ver com a outorga onerosa, que acaba vendendo coeficiente e, com o dinheiro, tem feito praças na cidade, inclusive, a Praça Verão, que foi inaugurada recentemente no Morumbi. Estão sendo feitos alguns ajustes da lei de zoneamento. Será lançado o edital de audiências públicas por volta do dia 5 de maio, serão 15 dias corridos para aguardar para a primeira audiência. As audiências acontecerão no final do mês de maio, início de junho, com discussões por todas as regiões da cidade, onde serão submetidos todos os documentos. Que devido ao tempo, não consegue apresentar as três propostas hoje, as propostas do zoneamento do Plano Diretor, é mais complexa, será discutida em uma reunião específica. E, vai abordar um tema que é comum aos dois conselhos, que é a proposta que vai ser discutida na cidade, do chamado Condomínio Sítio de Recreio. Será apresentada uma modalidade, já apresentada ao CMDU, que vai sentir e conversar com a cidade, porque é bem complexa essa questão da zona rural. Em linhas gerais, inicia informando que grande parte do território de São José dos Campos é rural, pelo Plano Diretor. Tem os remanescentes florestais, a questão dos mananciais, toda a bacia do Rio do Peixe, que alimenta a represa Jaguari, que transfere água para a Grande São Paulo. Tem uma realidade de esvaziamento econômico na propriedade rural e o mercado imobiliário de segunda moradia ou de recreio muito forte na zona rural. Boa parte deles são fracionamentos irregulares, não atendem o módulo do INCRA. Tem situações também de herdeiros, que o produtor rural mais antigo, que tinha aquele olhar com a terra, que tinha a vocação para a terra, os filhos, muitas vezes, não têm, começam a vender através de contratos de gaveta. Na área da represa, hoje, com vários núcleos, desde os anos 80 e 90, vertentes do Jaguari, chácaras do Bom Sucesso, chácaras de Igarçu, Sobrado. Muitas coisas que aconteceram no passado e que vai fracionando, porque o pai morre, dividem para dois, três filhos, os filhos vendem. Para quem segue a Estrada do Bonsucesso vê muita construção, uma realidade, em função de um esvaziamento econômico, que, em que pese a prefeitura fazer sempre o seu esforço de tentar dar uma assistência técnica ao produtor, tem a questão da vocação da terra. E também tem a



questão do relevo, não somos uma realidade do noroeste paulista, do oeste paulista. Então, temos que buscar alternativas para a produção agropecuária ou frutíferas, e estão alguns experimentos, da vocação da zona rural. Tem uma realidade, que é a dificuldade que muitos desses núcleos começam com um padrão e depois vão caindo, e vai tendo uma população de poder aquisitivo menor, que vai demandando serviço da prefeitura na zona rural. É uma encrenca, onde tem uma série de núcleos urbanos que, pela última lei da REURB, que foi feita, ela tem tanto o de interesse social, que vários deles estão listados no Plano Diretor de 2018, porque já existiam quando da edição da REURB. Só que tem também alguns núcleos que surgiram pós esse marco temporal de 2016, que, porventura, não puderam ser reconhecidos no Plano Diretor e que a prefeitura entrou com ações de desfazimento, só que sabemos o quanto é difícil, depois que colocam o telhado, e a pessoa está dentro, é difícil demolir por vários aspectos. Então, é muito difícil tratar essa matéria na zona rural, porque não estamos falando daquela casa do produtor rural, estamos falando do recreio, ou da segunda moradia, ou, às vezes, da primeira moradia. Na região do Freitas, Taquari, Turvo, vários núcleos de população de menor poder aquisitivo. Só que a gente tem, hoje, um apelo maior da segunda moradia, um poder aquisitivo um pouco maior. Não é aquela pessoa que está vindo de São Paulo para São Francisco. São Francisco tem outro padrão, outro poder aquisitivo, mais alto, o cara compra hectares, alqueires e quer ficar sozinho, escondido. A segunda moradia que está sendo discutido é uma segunda moradia de classe média, que quer ter o seu espaço. Tem a questão da admissibilidade e da regularização dos núcleos urbanos informais. Então, está dentro do objetivo do Plano Diretor e da diretriz do próprio PDPA Jaguari, que foi feito com a relatoria de São José dos Campos e, hoje, está na Assembleia Legislativa do Estado para votar, alguns parâmetros, e, em cima de tudo isso, tem uma proposta. Oswaldo apresenta um mapa do Plano Diretor de São José dos Campos, em colorido é zona rural. A chamada APA da Serra de Jambeiro, que é uma zona rural que todos os córregos que atravessam a malha urbana nascem, a nascente do Vidoca, do Alambari, do Cambuí, do Putim e do Pararangaba e a ideia da APA é preservar essas nascentes. Em branco no mapa mostra toda a área urbana da cidade, que inclui as áreas de banhado, das várzeas, que foram colocadas dentro do Plano Diretor, desde 95, para proteger, inclusive, da questão minerária, de vários aspectos, por estarem em área urbana, acabam tendo uma restrição de uso. Por isso que as várzeas de São José dos Campos são mais conservadas que as de Caçapava, Jacareí e de outras cidades. Seguindo



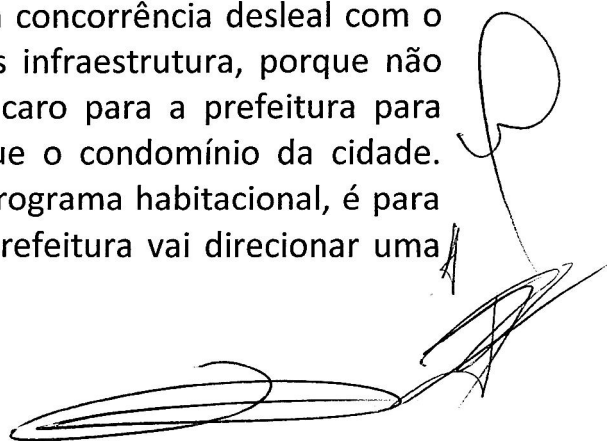
para a Zona Norte, onde a gente tem a SP50, que foi um grande vetor de indução de ocupação, após as estradas rurais. A Estrada de Jaguari, Estrada do Bom Sucesso, Estrada do Turvo, Estrada do Bengalar, Estrada do Florindo, pode ver as realidades dos núcleos que foram assentando. Na região do Santo Ivo, já é uma segunda moradia, outra característica, que é a casa com piscina, já não é mais baixa renda. E, principalmente, na região da represa, onde também tem esses núcleos antigos e, hoje, tem uma pressão imobiliária também para isso. O Plano Diretor estabeleceu alguns critérios, com a vinda do Jaguari, onde pega toda a bacia, a PDPA do Jaguari, uma área de proteção, e pega a área da represa, e entendem que ali, podem ter uma ocupação menor que o módulo. Eles não entram no mérito se é urbano ou rural, porque estão lidando com Igaratá, que é urbano, com Santa Isabel, que é urbano, e com São José, que é rural, ou com Jacareí, que é rural. Eles colocam parâmetros que entendem que são adequados para a localidade, e cada município, dentro da sua lógica urbano-rural. Então, dentro do Plano Diretor, tem duas macrozonas, identificadas em verde no mapa, que é de potencial turístico, exatamente a da represa, de desenvolvimento sustentável, que é a bacia do rio Buquira, que dá um gancho, se o município quiser, ele pode trabalhar com algumas residências, chácaras, ranchos e sítios. A intenção do plano era tentar ordenar um pouco essa situação que ocorre e ter o controle efetivo é muito difícil. Essa questão da moradia, mesmo na zona urbana, cobriu, botou o telhado, é uma família morando dentro, é outra lógica. Não pode simplesmente chegar e demolir, demolição sumária. A regularização fundiária, a fiscalização faz todo o trabalho dela, só que chega uma hora que é judicial. Essas duas áreas, o município entende que tem uma possibilidade de trabalhar um pouco diferente. O PDPA Jaguari, a área da represa é chamada dessa subárea de baixa densidade, que está em amarelo. Pelo documento do estado, que tem a aprovação, o lote teria que ter no mínimo de 5 mil metros quadrados, mas a ideia é do módulo rural. E, como São José não tem uma ocupação, mas já tem coisa acontecendo, a referência seria esses 5 mil. Quando se fala em coeficiente de aproveitamento, permeabilidade, é a forma como é ocupado. A maior parte da propriedade tem que ser permeável. A REURB, em 2016, modificou e criou a modalidade Condomínio de Lotes. Dentro da lei de regularização, ela cria a possibilidade de condomínio de lotes. Condomínio de lotes é uma figura que não existia, somente condomínio de casas. Um prédio é regido pela Lei da Incorporação, onde cada apartamento tem sua unidade, e tem as áreas comuns, que são os corredores, as áreas de lazer, as áreas de convivência, um regime de condomínio. E, um condomínio de

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke. Below it, there are several smaller, more complex initials or a second signature.

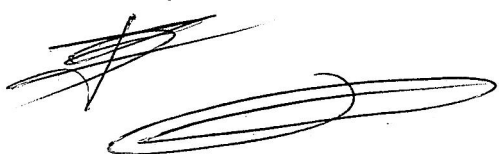
casas horizontais, não é um loteamento aberto. O Parque Dom Pedro II, ainda que seja aberto, nasceu como um conjunto. Cada um compra a unidade do lote e constrói sua casa, onde tem uma casa padronizada, porque, quando manda fazer um programa habitacional, as casas são todas iguaizinhas. Neste caso, tem uma liberdade, e regulamentou isso no nosso zoneamento. A cidade já tem uma figura de condomínio de lotes, existem alguns cuidados, na cidade mesmo, é muito prejudicial, porque nada é público. Então, se proliferar muitos condomínios na cidade, terá concorrência com o loteamento deslealmente, porque o loteador tem que dar a área pública para uma escola, para uma creche. Então, na cidade, ele não é bom. Por isso se regrou, com muito critério, e amarrou direitinho, porque, se não, ele poderia ser uma saída para muita gente empreender, e a prefeitura teria que sair desapropriando um monte de coisa para fazer equipamento. Diante de ordenar um pouco o solo rural, tentar combater essa especulação imobiliária irregular, oferecendo algo que pudesse acontecer com regras claras. São José está inovando, e se usar a figura de um condomínio de lotes, voltado para sítio de recreio, onde tivesse a unidade, uma gleba grande de 100 mil metros quadrados, isso é o condomínio. Lá dentro, cada pedaço tem que ter, no mínimo, 5 mil metros quadrados. E metade da gleba, o condomínio, como ele não vai ter área comum de um prédio, ele vai fazer uma mata, para preservar. Então, um condomínio de sítio de recreio na zona rural, seria transformado em zona urbana, se o proprietário realmente for fazer e registrar em cartório, somente para residência, o acesso só para a estrada, porque a via que vai estar lá dentro não é via pública. A prefeitura não vai bancar, a única responsabilidade da prefeitura é a via de acesso àquele condomínio, que é a estrada municipal. A ideia é começar a estabelecer condições e a regerar tamanhos. A principio a proposta é essas duas zonas, porque o PDPA Jaguari não permite esses 5 mil metros no verde claro e no verde escuro no mapa. O município chegou a conclusão que poderia trabalhar com essas duas macrozonas para criar alguns parâmetros, dizendo o seguinte: "a área mínima sujeita a um SIR, a um condomínio de sítio de recreio, seria 50 mil metros quadrados. Menos que isso, não pode ter. A testada, que é a frente, deveria ter 50 metros, no mínimo. A área privativa é 5 mil metros quadrados, ou seja, cada lote, lá dentro, é de 5 mil metros quadrados. Agora, a testada deste lote, lá dentro, tem que ter, no mínimo, 30 metros. A testada é a de fora do condomínio. Agora, lá dentro, tem uma rua interna, todas as unidades, cada uma tem que ter 5 mil, testada de 30. A taxa de ocupação é baixíssima, para que ele construa a casa, uma piscina e acabou. O resto é tudo permeável. E a reserva ambiental vai ser



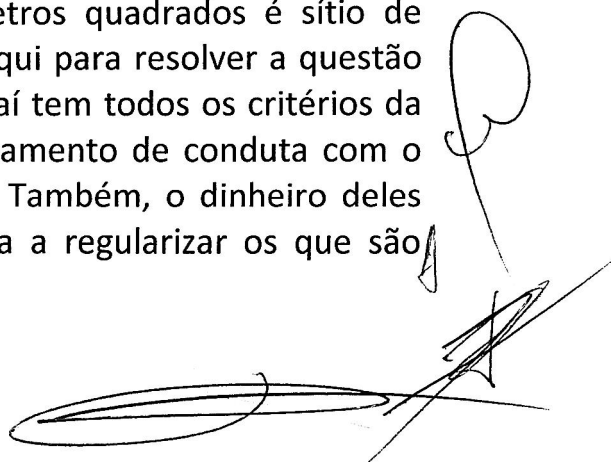
metade da gleba, ou seja, se eu tenho uma gleba de 100 mil metros quadrados, 50 mil metros quadrados são de reserva, e os outros 50 mil, ele faz a rua de acesso dessas unidades e as unidades. E as unidades ainda não podem ocupar 100%. Ou seja, eu estou falando o seguinte: quer fazer algo na zona rural, com uma característica urbana, porque não pode permanecer rural? É nessas condições. Se não, essas condições, que estão sendo feitas hoje, não, que simplesmente abre lá, bota as unidades, constrói 100%, tem terrenos de 500 metros quadrados, de mil metros quadrados. A Chácara Serimbura, o terreno dela é mil e 300 metros quadrados. Você vai fazer terreno de 700 metros quadrados na zona rural?" Então, esta gleba, que for autorizaria a fazer um sítio de recreio, atendida e for para aprovação em registro, ela automaticamente é transformada em bolsão urbano, porque ela não pode ser rural. Como falei, sítio de recreio é uma modalidade urbana. Então, ela tem que estar em um ambiente urbano. Então, eu criaria uma área específica para sítios de recreio, sob a forma de bolsão urbano, na zona rural. E agora, esta transformação da gleba em bolsão urbano, essa explicação estaria mais completa na parte do Plano Diretor. Hoje, tem na cidade, a chamada outorga onerosa do direito de construir. Em 2018, foi estabelecido que o coeficiente de construção da cidade é 1.3. Se o construtor precisar fazer um prédio que precise de 3, 4, 5, ele paga a diferença. Essa diferença, inclusive, está sendo usada nessas praças, em vários equipamentos, na reforma do mercado. É um dinheiro que vai para o fundo. E, quem quiser transformar essa gleba em bolsão urbano, vai pagar a contrapartida para a prefeitura, e esse dinheiro vai para o Fundo Municipal de Habitação, porque é um fundo que está carente. Tem vários problemas habitacionais na própria zona rural que o município terá que resolver. Para fazer essa contrapartida, será feito um estudo de mercado, para ver qual seria a valorização da transformação em zona rural para estabelecer essa contrapartida. Ela vai ter uma fórmula, que vai ser explicada no Plano Diretor, porque o ajuste da contrapartida tem que ser feito não na lei específica, tem que ser feito no Plano Diretor, porque é lá que estão as outorgas. Ela é justa, ela equaciona a proposta do SIR com os custos de produção dos condomínios, não pode ser deixado algo lá na zona rural mais viável que no urbano, porque terá uma concorrência desleal com o empreendedor urbano. No rural terá menos infraestrutura, porque não tem exigência urbana, mas vai pagar mais caro para a prefeitura para fazer, porque não pode ser mais barato que o condomínio da cidade. Então, deixando bem claro que não é para programa habitacional, é para quem tem mais dinheiro, porque jamais a prefeitura vai direcionar uma

A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

população que não tenha dinheiro para morar na zona rural e, depois, ter que levar escola, creche, ônibus. A ideia também é que seja, então, uma população de segunda moradia, que tenha área de reserva ambiental, e esse dinheiro, então, venha para a prefeitura para financiar programas habitacionais, inclusive, a regularização fundiária daquele interesse social que está lá, porque é da prefeitura. Aquelas áreas todas do Freitas são da prefeitura. Ela vai ter que bancar. E é custo, é longe, entendeu? É muita coisa. Então, entra em um custeio da cidade de São José, que São José dos Campos é uma cidade que tem um custo de manutenção muito alto, porque ela tem muitos serviços. Por isso que o melhor para a cidade e o que mais protege o meio ambiente é a cidade mais adensada, com limites de índices de áreas verdes, porque facilita a vida das pessoas e evita à expansão horizontal. A expansão horizontal de uma cidade é muito pior para o meio ambiente, porque ela avança sobre áreas vazias, ela prejudica, impermeabiliza novos terrenos, cria os problemas que foram conversados, de assoreamento de córregos, quando faz terraplanagem. A Bacia do Putim está em franca expansão, se aproximando da região do Novo Horizonte. O Campos de São José ficou 30 anos sozinho e hoje, tem um mundo de coisas acontecendo. Só que a terraplanagem, até impermeabilizar tudo, vai carregar sedimento para o córrego. Então, tem a questão a ser tratada, melhor que aconteça em uma área que tenha infraestrutura do que fazer isso, principalmente, na Zona Norte. Essa é uma fórmula criada, trabalhando para mostrar que é caro. Dentro do SIR, está limitando a altura das casas, a largura das vias, restringindo que as unidades autônomas ocupem APP que pode ser considerada área de reserva. Não é área urbana e não tem que ter exigência de urbana, porque a prefeitura não quer cuidar disso. A prefeitura só vai cuidar da porteira para trás. Não serão permitidas áreas privativas de frente para a estrada, porque, quando se tem uma estrada, tem uma faixa não edificante de 15 metros de largura, que não pode ser construído, porque, se a prefeitura, amanhã, precisar alargar, ela vai desapropriar a terra, ela não vai desapropriar a benfeitoria. Então, também, não estaria mexendo nisso e não será exigida lei de calçada. A questão da reserva, tem que atender a resolução estadual, não é polo gerador de tráfego. O PGT é uma categoria que, na verdade, classifica algumas atividades, porque elas dão contrapartida, por causa do impacto viário que ela causa. Como sítio de recreio, não tem impacto viário, então, não teria por que exigir. Então, foi se criando, uma série de exigências, da infraestrutura, e como exigir, da Sabesp, alguma solução de água. Se for poço coletivo, individual, não é problema do município. Ele vai ter que trazer o projeto aprovado, da



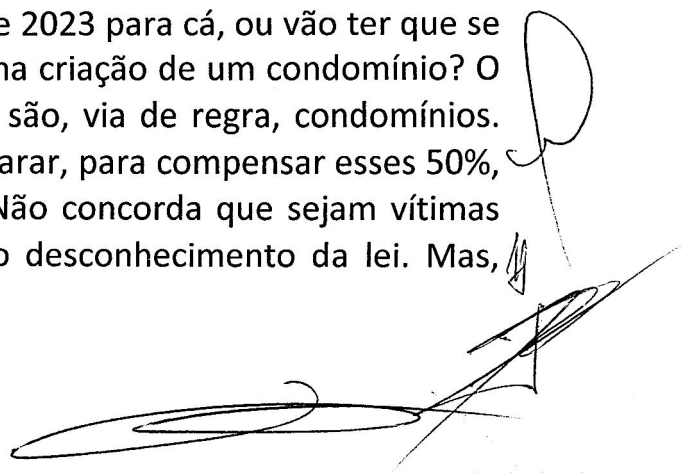
energia, do esgoto, se vai ser fossa séptica ou qualquer solução, ou uma ET integrada. Cumpridas as regras, tanto para aprovar, como para ter o habite-se, as garantias que serão colocadas na matrícula, registro em cartório. E quanto a regularização fundiária, da mesma forma que está falando do novo, já existem alguns núcleos que estão pós-marco temporal, pós-2016. Pessoas moram lá, têm inquéritos, têm ação. E as pessoas estão lá, estão vivendo e precisa buscar uma solução. Como tem o marco temporal, estaria admitindo os núcleos que têm uma característica de sítio de recreio, em um módulo um pouco menor, poderiam ser regularizados como condomínio de lotes, de sítio de recreio. É uma alternativa de regularizar, principalmente o REURB-E, como condomínio de lotes, aquela via que está lá dentro não é do município e não precisa bancar. Oswaldo cita como exemplo, o Village Alpino, de médio e alto poder aquisitivo. Se a prefeitura regularizar sob a forma de loteamento, ela vai ter que custear drenagem, ela vai ter que fazer tudo no tempo. Se ela regularizar sob a forma de condomínio de lotes, é deles, eles escolheram morar lá. E, isso significa que a prefeitura, nesses aspectos, caminha para a figura do condomínio de lotes, para não ter que bancar a cidade nesses lugares. Uma vez regularizado, do caso desses loteamentos da zona rural, hoje, eles poderiam ser ZM-5 ou ZR, são orçamentos bem restritivos. Mas, onde a regularização poderia acontecer? Seriam admitidos somente em quatro porções, ou seja, regularizar o existente, que se adeque ao que está sendo falado, e, desde que tenha processo protocolado na prefeitura, que são os inquéritos, que constatou a ausência até 30 de junho de 23, que é a data que a regularização fundiária passou, poderiam ser enquadrados para regularizar nessas quatro porções. E essa regularização, entende que beneficia quem comprou. Ao mesmo tempo, também, ele vai ter que fazer uma reserva ambiental, como o novo. E, se ele não tiver condições, ele vai ter que pagar de alguma forma, a contrapartida ou adquirir áreas. Então, está sendo criado todo um regramento para tentar viabilizar. No caso da regularização, a unidade teria o mínimo de mil metros. Aí não dá para exigir 5 mil metros, porque a maior parte dos terrenos estão acima de mil. Tem uns que estão com 250, 300, isso não pode chamar de sítio de recreio, seria vergonhoso falar que um lote na zona rural de 200 metros quadrados é sítio de recreio. Então, a gente diminuiu o tamanho aqui para resolver a questão da regularização, dar uma alternativa para. E aí tem todos os critérios da regularização. Tem que fazer termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público, porque já têm inquéritos. Também, o dinheiro deles iria para o fundo de habitação, porque ajuda a regularizar os que são

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a cursive script, and the initials are a stylized 'P' and 'A'.

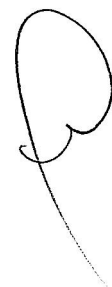
sociais. Oswaldo acha oportuno, é uma discussão difícil, relutou em olhar para a zona rural, porque ficava com receio. É porque tudo que propõe, às vezes, pode se descaracterizar. Agora, existe uma realidade, existe um fato, por mais que se busque essa questão de fomentar a produção rural, tudo é muita terra. Sabe que tem dificuldade e da terra vazia, ociosa, produtor descapitalizado, herdeiros descapitalizados, é muito mais fácil vender por essa forma, onde os tem aventureiros e bandidos na zona rural. Uma luta da irregularidade, muito difícil você combater. Não é um problema de fiscalização, é um problema, depois, de burocracia. Porque mesmo a fiscalização é assim: notifica, dando prazo, autua, dando prazo, passa para o jurídico, ação demolitória, um assunto novo, difícil. Oswaldo convida a todos para participarem das audiências, a lerem a minuta. A ideia que o secretário passou é que a conversemos com os conselhos, que discutamos com a cidade, antes do protocolo na Câmara, onde logicamente o Executivo tomará uma decisão e reportará aos conselhos antes do protocolo. Então, esse é o passo, a ideia, que participem das reuniões, nas diversas regiões da cidade. E após, teremos uma devolutiva para os conselhos, em função das audiências e da decisão do governo. Juarez agradece o engenheiro Oswaldo, pela apresentação. Só para encaminhamento, vai abrir a palavra para quem quiser fazer alguma pergunta. Que, o doutor Teles sugeriu que o Vinícius, na questão do CMDR, montar uma Câmara Técnica para discutir o PSA, e o CMDR propor demandar um recurso do COMAM, do fundo, para poder tocar um projeto. Com a palavra coronel Mauro, que para pontuar, acha que o assunto é extremamente importante, acha válido, acha que cabe muita discussão, até pelo Conselho, colocar uma Câmara Técnica. Que junto ao Renato, pelo sindicato, ele representa os moradores da área rural, como presidente da Comissão de Segurança do Vale do Paraíba, da área rural. Que, hoje, na área rural, para contratar um funcionário, tem que dar casa, área para ele plantar, leite, horta, telefone, internet e casa. Mas, isso não é problema. Quanto àquela tabela que foi apresentada pelo Oswaldo, acha que é lógico que precisam estudar, porque, além de ter a casa principal, uma área de 5 mil metros, foi colocado 0.1, com 500 metros de área construída, acha que é pouco, porque tem que construir a casa do caseiro. Que, vai gerar renda, emprego, é essa coisa que precisa ser revista, mas tem que amadurecer bem isso, para poder fazer alguma proposta boa, que vá ao anseio da cidade. E quanto à área de compensação, outro ponto que tem que estudar. Que, em reunião com o prefeito, foi falado sobre esse assunto. Parabeniza Oswaldo, acha que o caminho é esse mesmo, a área de São José precisa mesmo disso, precisa



regularizar, dar dignidade para essas pessoas, porque as pessoas estão vivendo na clandestinidade. Juarez agradece coronel Mauro e como sugestão, na parte verde do mapa, se puder ter um recurso para o FUMCAM, agradece, nas compensações. Oswaldo conclui, informando que, como fez com o CMDU, apresentou a proposta, foi criada uma câmara técnica, tanto da sociedade civil, quanto da prefeitura, vão se reunir, aprofundar os temas. Sairá um parecer da câmara técnica, que vai para a plenária do CMDU. Em paralelo, estará nas audiências, apresentando à população, onde vai recolher uma série de sugestões das pessoas, analisar o que é pertinente. Em audiência pública, muita coisa não é pertinente, porque a pessoa vai aproveitar o momento de reclamar do buraco da rua, do lixo que não passou essa realidade. Será encaminhada para as secretarias, que são responsáveis. Então, o CMDU, na programação, vai ser a última reunião antes do protocolo na Câmara, porque é o Conselho de Desenvolvimento Urbano. Serão apresentadas a eles as demandas dos outros conselhos, as demandas da sociedade e a leitura, fecham e vão para a audiência pública da Câmara. E o executivo tem que falar: "olha, da proposta original para a proposta que trouxe aqui, aconteceu isso, isso, isso, ajustei isso, isso, isso", e a Câmara vai fazer as discussões dos vereadores, os trâmites legais deles. Oswaldo sugere que como são dois conselhos, não sabe se fará uma câmara técnica integrada ou separada, mas pode-se fazer, faz um relatório daquilo que entende que é pertinente ou não, acompanha as audiências públicas, porque, daí, como cidadão, não precisa estar como Conselho. As audiências públicas acontecem até, mais ou menos, 7 de junho, depois tem cinco dias para esperar ainda a cidade, dar a última audiência, e a reunião do Conselho. Acredita que possa protocolar o projeto depois do dia 20 de junho. Após terá o recesso da Câmara, mas acha que ainda os prazos, lá dentro, de certa forma, não sabe se continuam ou paralisam e a votação para o final de setembro. Com a palavra Vinícius que informa que o grande mal da zona rural, infelizmente, são esses núcleos simbióticos, que não é nem urbano, nem rural. Problemas ambientais e sociais são os grandes problemas da zona rural, baseados nisso tudo. Pergunta se existe a possibilidade, de entendimento desse programa de trazer uma resolução, uma legalização do que já está lá, ou só de 2023 para cá, ou vão ter que se adequar, dentro de todas essas normas, na criação de um condomínio? O que já está parcelado, loteado, eles não são, via de regra, condomínios. Até porque eles não têm espaço para separar, para compensar esses 50%, enfim, geralmente, são independentes. Não concorda que sejam vítimas também, porque ninguém pode alegar o desconhecimento da lei. Mas,

Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature is a large, stylized 'P' with a long horizontal stroke extending to the left. Below it, there are several smaller, more complex scribbles and initials.

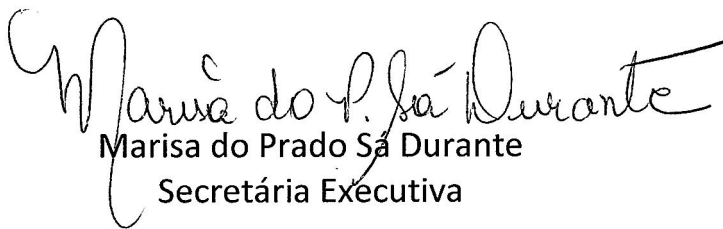
pergunta se é parecido com o condomínio Espelho d'Água, na Estrada do Luso. Se a ideia é mais ou menos essa, parte da premissa, pagar IPTU, estar cercado e separar uma área de reserva de 50%. Oswaldo responde que Espelho d'Água é loteamento, Colinas do São José, Serimbura, Altos da Serra 1, Altos da Serra 2, Alphaville, são loteamentos com controle precário de fechamento, como é o Apolo, Bosque Imperial, os Aquários todos. O Espelho d'Água está na zona urbana, todos os contrafortes da Serra da Mantiqueira. O Antigo Luso é zona urbana e tudo que estiver de frente para a Estrada da Vargem Grande é zona urbana, e está na Colina, a divisa, as Chácaras Havaí e o Canindú, que estão para trás, eles também são urbanos. Em resposta a segunda pergunta, tem núcleos de interesse social na zona rural, que é o Buquirinha 1, Buquirinha 2, Pedra d'Água, Taquari, a região do Freitas, tudo de interesse social, são antes de 2016, bem antigos. O Village Alpino, o Fazendão, o Ibsen, são loteamentos, abriu rua, é loteamento. Reconhecidamente, eles já existem, porque, quando a prefeitura identificou, abriu vários inquéritos, denunciou e fez representação no Ministério Público que criou as ações. Alguns núcleos que estão pós o marco temporal da REURB, que é de 2016, tem o Santo Ivo. Então, o que a gente está falando com esta lei, é de dar ao novo uma alternativa para algumas propriedades da zona rural com regras e se adequar na condição de sítio de recreio, pode regularizar. As demolitórias seguem só que, com esta lei, pode ser que sejam feitas TACs, junto com o Ministério Público. Tem uns que já estão tentando a regularização REURB-E, loteamento. Agora, criando uma modalidade dessas, porque não é tão fácil assim, vai poder regularizar nessas condições, sob o formato de incorporação, que é melhor para a prefeitura. E, aos que quiserem regularizar sob a forma de loteamento, que já estão em andamento e querem continuar. Aqueles que não conseguem se regularizar sob a forma de condomínio de lotes, mas vão continuar o loteamento. Aqueles que estavam em loteamento e falaram: "espera lá, mas é melhor para nós condomínio de lotes, vão ter aqueles que não conseguem mesmo. E continuam nas demolitórias, porque esses que estão, pós-marco temporal, menor que mil metros, a prefeitura não vai enquadrar com o sítio de recreio. É algo novo, onde a prefeitura está inovando no Brasil, vendendo uma ideia. Mas, é importante que todos falem, para ver as fragilidades que a ideia pode ter. Porque o pior que pode ter é a prefeitura incentivar a cidade na zona rural. Teles agradece Oswaldo e informa que alguns itens e temas da pauta ficaram pendentes. Que vai conversar com o secretário Manara, como ele quer resolver essa questão, se vai marcar uma extraordinária, ou marcar uma nova reunião para discutir esses

temas. Entre elas, tem zoneamento, o Plano Diretor também vai ser levado para as audiências públicas. Nada mais a tratar Teles encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante, lavrei a presente ata.


Juarez Domingues de Vasconcelos
Presidente


Teles Eduardo Pivetta
Diretor-SEURBS


Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva

